LEI Nº 2.859, DE 28 DE JANEIRO DE 2011

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2011 e dá outras providências.”

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, crédito adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) com alterações no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, com a inclusão da seguinte dotação orçamentária:

ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0013.2.026 – Manutenção, Conservação de Ruas e Avenidas

4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente ... +R\$ 80.000,00

Fonte 91 – TESOURO R\$ 80.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0010.2.016 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E AMBULATORIAL

4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente .. +R\$ 120.000,00

Fonte 01 – TESOURO R\$ 120.000,00

Art. 2º. – A cobertura do crédito adicional SUPLEMENTAR aberto no artigo anterior, no valor R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), será coberto da seguinte forma:

I – Anulação parcial de dotação conforme disposto no inciso III, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, na seguinte rubrica:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS – ENCARGOS GERAIS

28.843.0004.0.001 - JUROS E AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA INTERNA

4.6.90.71.00 – Principal da Dívida Contratual Resgatada..... - R\$ 200.000,00

Fonte 01 – TESOURO R\$ 200.000,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 28 de janeiro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR

Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 001 e 002, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 28 de janeiro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi

Diretor de Departamento

(02)

(002)

LEI Nº 2.860, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2011
(Autora: Mesa da Câmara)

Dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito,
Vice-Prefeito e Secretários Municipais.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o subsídio mensal do Prefeito Municipal de Laranjal Paulista fixado em R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a partir de 1ª de janeiro de 2013.

Art. 2º. Fica o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal de Laranjal Paulista fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a partir de 1ª de janeiro de 2013.

Art. 3º. Fica o subsídio mensal dos Secretários Municipais de Laranjal Paulista fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a partir de 1ª de janeiro de 2013.

Art. 4º. Esta entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 14 de fevereiro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 003, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 14 de fevereiro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(003)

LEI Nº 2.861, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2011
(Autora: Mesa da Câmara)

Dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Laranjal Paulista para a Legislatura de 2013 à 2016.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal do Vereador da Câmara Municipal de Laranjal Paulista para a próxima Legislatura fica fixado em R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Art. 2º. O subsídio mensal do Presidente da Câmara Municipal de Laranjal Paulista para a próxima Legislatura fica fixado em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 14 de fevereiro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 004, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 14 de fevereiro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(004)

LEI Nº 2.862, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2011

Dispõe sobre a concessão de recursos financeiros para estudantes que efetivamente cursem faculdade, curso técnico profissionalizante, em estabelecimento de ensino localizado em outros municípios e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder recursos financeiros a título de ajuda de custo para o transporte em veículos coletivos de passageiros, aos estudantes que estiverem efetivamente matriculados e freqüentando cursos universitários e cursos técnico profissionalizante, em estabelecimentos de ensino localizados em outros Municípios, desde que esses cursos não sejam oferecidos no município de Laranjal Paulista, para custear as despesas de transporte escolar, durante o período do ano letivo de 2011.

PARÁGRAFO ÚNICO – O veículo a que se refere este artigo deverá estar coletivamente fretado, na proporção mínima de 80% (oitenta por cento) de sua capacidade, saindo diariamente do município de Laranjal Paulista com destino a instituição de ensino.

ARTIGO 2º - A ajuda de custo de que trata a presente Lei será concedida mensalmente, nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro e novembro do ano 2011.

§ 1º - A ajuda de custo corresponderá à parcela de até 90% (noventa por cento) do valor das despesas com transporte necessário até o Município onde se localiza o estabelecimento de ensino em que o beneficiário está cursando, não podendo ultrapassar o valor teto de R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 2º - A ajuda de custo será concedida para um único curso de nível superior ou curso técnico profissionalizante.

§ 3º - Não farão jus ao benefício de que trata a presente lei, os estudantes que possuam residência no município em que freqüentem cursos ou que utilizem o transporte somente nos dias de véspera e seguintes aos feriados, sábados e domingos e finais de semana.

ARTIGO 3º - Para fazer jus à ajuda de custo que dispõe o artigo anterior, o beneficiado deverá:

I – Encaminhar requerimento ao Chefe do Poder Executivo até o dia 28/02/2011, para os cursos que se iniciam no primeiro semestre de 2011 e até o dia 30/07/2011, para os cursos que se iniciam no 2º semestre de 2011.

II – Comprovar a respectiva matrícula em curso superior;

III – Ter residência e domicílio no município de Laranjal Paulista;

IV – Comprovar o valor da despesa com transporte através de nota fiscal;

V – Comprovar a freqüência na faculdade trimestralmente

VI – Prestar 08 (oito) horas de serviço ao ano, para a municipalidade ou entidade assistencial sem fins lucrativos, que possuem certificado de registro junto a Secretaria de Promoção Social e Desenvolvimento Habitacional, até a data de 30/11/2011.

Parágrafo Único – Caso não ocorra à prestação de serviços até a data de 30/11/2011, o estudante não fará jus a ajuda de custo no mês de novembro de 2011.

ARTIGO 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei serão cobertas com recursos próprios do orçamento municipal vigente, suplementados, oportunamente, se necessário.

ARTIGO 5º - Esta lei será regulamentada por Decreto.

ARTIGO 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2011.

ARTIGO 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 15 de fevereiro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 005 e 006, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 15 de fevereiro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(006)

LEI Nº 2.863, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2011

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2011 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, crédito adicional ESPECIAL no valor total de R\$ 22.000,00 (VINTE E DOIS MIL REAIS) com inclusão e alteração no PPA – Plano Plurianual 2011/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e LOA Lei Orçamentária Anual vigente, de dotações orçamentárias na seguinte função, sub-função, programa e atividade:

ABERTURA DE CREDITO ESPECIAL

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0010.2.016 – Manutenção Assistência Médica e Ambulatorial

3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo R\$ 3.000,00

3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terc. Pessoa Física R\$ 3.000,00

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Ter. Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00

4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente R\$ 14.000,00

TOTAL..... R\$ 22.000,00

Fonte 92 – TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS –VINCULADOS - exercícios anteriores

Art. 2º – A cobertura do crédito adicional ESPECIAL aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 22.000,00 (VINTE E DOIS MIL REAIS), será conforme disposto no inciso I, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 15 de fevereiro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 007, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 15 de fevereiro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(007)

LEI Nº 2.864, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011

Dispõe sobre aumento de salário, subsídio, vencimento, provento ou pensão e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica concedido, a partir de 1º de janeiro de 2011, um aumento do salário, subsídio, vencimento, provento e pensão, conforme o caso, calculado na ordem de 5,91% por cento, aos servidores, funcionários, aposentados e pensionistas e ao Quadro de Servidores do Magistério Municipal, cujo aumento incidirá sobre salário, subsídio, vencimento, provento e/ou pensão a partir do dia 1º do mês de janeiro de 2011.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei serão cobertas com os recursos consignados no orçamento municipal, suplementados oportunamente, se for necessário.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 21 de fevereiro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 008, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 21 de fevereiro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(008)

LEI Nº 2.865, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Dá nova redação ao artigo 5º, da Lei nº 2.669 de 09 de dezembro de 2008.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

ARTIGO 1º - O artigo 5º, da Lei nº 2.669 de 09 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ARTIGO 5º - O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto pelas seguintes entidades:

- I - 01 (um) Representante da Secretaria de Promoção Social e Desenvolvimento Habitacional;**
- II- 01 (um) Representante da Secretaria de Coordenação, Planejamento e Gestão;**
- III - 01 (um) Representante das Associações de Classe com sede no Município;**
- IV - 03 (três) Representantes da Sociedade Civil;**
- V - 02 (dois) Representantes de Movimentos Populares.**

§ 1º - A Presidência do Conselho Gestor do FHIS será exercida pelo Secretário(a) da Promoção Social e Desenvolvimento Habitacional.

§ 2º - O Presidente do Conselho Gestor do FHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 3º Competirá ao Secretário(a) da Promoção Social e Desenvolvimento Habitacional proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.”

ARTIGO 2º – Os demais dispositivos desta Lei permanecerão inalterados.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 1º de março de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 009 e 010, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 1º de março de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(010)

LEI Nº 2.866, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de Agente Financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências correlatas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista/SP, APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, através da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de Agente Financeiro, até o valor de R\$ 1.250.000,00 (Um milhão, duzentos e cinquenta mil reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do BNDES e as condições específicas aprovadas pelo BNDES para a operação.

Parágrafo Único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na aquisição de máquinas e equipamentos no âmbito do Programa PROVIAS, tratado pelo art. 9º-K na Resolução CMN nº. 2.827, de 30 de março de 2001, artigo incluído pela Resolução CMN nº. 3.560, de 14.04.2008.

Art. 2º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *pro solvendo*, as receitas a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

§ 1º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o BANCO DO BRASIL autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e esta, à conta do BNDES, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 2º Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuarem as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O orçamento do Município de Laranjal Paulista/SP, consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 1º de março de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 011 e 012, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 1º de março de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(012)

LEI Nº 2.867, de 10 de março de 2.011

Dispõe sobre a adequação das unidades esportivas municipais a deficientes, idosos e gestantes.

Eu, ROQUE LAZARO DE LARA, Presidente da Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo PROMULGO nos termos do § 7º, do Artigo 45 da Lei Orgânica do Município, a presente Lei:

Art. 1º As unidades esportivas municipais, construídas a partir da vigência desta Lei, deverão ser adequadas à prática de esportes, recreação e lazer por parte dos portadores de deficiência, idosos e gestantes.

Parágrafo único. No prazo de 12 (doze) meses a partir da promulgação desta Lei, as atuais unidades esportivas municipais deverão adequar-se na forma estabelecida no “caput” deste artigo.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Laranjal Paulista, 10 de março de 2011.

ROQUE LAZARO DE LARA
Presidente da Câmara

Publicada, por inteiro teor, na Câmara Municipal, onde se encontra afixada no Átrio, em data de 10 do mês de março do ano de 2011, e encadernada sob folha 01 no Volume de Leis nº 01/2011. Laranjal Paulista, 10 de março de 2011.

*Bento Fernando Dias Ferraz
Diretor Técnico Legislativo*

AUTÓGRAFO Nº 06/2011
PROJETO DE LEI Nº 06/2011

Dispõe sobre a adequação das unidades esportivas municipais a deficientes, idosos e gestantes.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA DECRETA:

Art. 1º As unidades esportivas municipais, construídas a partir da vigência desta Lei, deverão ser adequadas à prática de esportes, recreação e lazer por parte dos portadores de deficiência, idosos e gestantes.

Parágrafo único. No prazo de 12 (doze) meses a partir da promulgação desta Lei, as atuais unidades esportivas municipais deverão adequar-se na forma estabelecida no “caput” deste artigo.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Laranjal Paulista, 15 de fevereiro de 2011.

ROQUE LAZARO DE LARA
Presidente da Câmara

JOSÉ FRANCISCO DE MOURA CAMPOS
1º Secretário

Autor: José Francisco de Moura Campos - Vereador

LEI Nº 2.868 DE 15 DE MARÇO DE 2011

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2011 e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, créditos adicionais ESPECIAIS no valor de R\$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS) com inclusão no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, com a criação das seguintes dotações orçamentárias:

ABERTURA DE CREDITO ESPECIAL

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MDE

12.361.0005.1.020 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS

4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES R\$ 200.000,00

Fonte 05 – TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS FEDERAIS VINCULADOS – QESE EXERCÍCIO ANTERIOR

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MDE

12.361.0005.1.037 – CONSTR. DO GINASIO ESPORTIVO DA VILA ZALLA

4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES R\$ 200.000,00

Fonte 05 – TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS FEDERAIS VINCULADOS

Art. 2º – A cobertura dos créditos adicionais ESPECIAIS abertos no artigo anterior, no valor R\$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS), será da seguinte forma:

- a) Recursos da Cota-Salário Educação QESE exercício anterior R\$200.000,00, conforme disposto no inciso I, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, superávit financeiro.

b) Recursos de convênio Federal R\$ 200.000,00, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excesso de arrecadação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 15 de março de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 014 e 015, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 15 de março de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(015)

LEI Nº 2.870 DE 15 DE MARÇO DE 2011

Dispõe sobre autorização para firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal Paulista - APAE e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal Paulista – APAE, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, no valor de R\$100.000,00 (Cem Mil Reais).

Art. 2º O valor do presente convênio, será acrescido de R\$ 3.823,95 (Três Mil, Oitocentos e Vinte e Três Reais e Noventa e Cinco Centavos) como contra partida da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista.

Art. 3º Os recursos do presente convênio serão aplicados na aquisição de material de consumo a serem repassados a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE em conformidade com o Plano de Trabalho integrante do convênio e condições estabelecidas na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária/2011.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, crédito adicional ESPECIAL no valor de R\$ 103.823,95 (Cento e Três Mil, Oitocentos e Vinte e Três Reais e Noventa e Cinco Centavos) com inclusão no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e LOA Lei Orçamentária Anual vigente, na função, sub-função, programa e atividade com a criação da rubrica abaixo:

ABERTURA DE CREDITO ESPECIAL

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

08.242.0011.2.020 – Manutenção de Assistência ao Deficiente

3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo R\$ 100.000,00

Fonte 05 – TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS – VINCULADOS

3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo R\$ 3.823,95

TOTAL R\$ 103.823,95

Fonte 01 – TESOURO

Art. 5º – A cobertura do crédito adicional ESPECIAL aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 103.823,95 (cento e três mil, oitocentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos), decorrerá do que alude o art. 43, parágrafo 1º, incisos I e II da Lei 4.320, de 17 de março de 1964; Inciso I valor de R\$ 3.823,95, superávit financeiro do

exercício anterior e inciso II, repasse de recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 15 de março de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 018 e 019, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 15 de março de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(019)

LEI Nº 2.871 DE 15 DE MARÇO DE 2011

Dá nova redação ao Artigo 1º, e aos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 2º, da Lei nº 2.862 de 15 de fevereiro de 2011.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

ARTIGO 1º - O Artigo 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder recursos financeiros a título de ajuda de custo para o transporte em veículos coletivos de passageiros, aos estudantes que estiverem efetivamente matriculados e freqüentando cursos universitários, curso técnico profissionalizante e curso preparatório para vestibular, em Estabelecimentos de Ensino localizados em outros Municípios, desde que esses cursos não sejam oferecidos no Município de Laranjal Paulista, para custear as despesas de transporte escolar, durante o período do ano letivo de 2011.”

ARTIGO 2º - O artigo 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“ARTIGO 2º - A ajuda de custo de que trata a presente Lei será concedida mensalmente, nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro, novembro e 1ª quinzena de dezembro de 2011.”

ARTIGO 3º - O Parágrafo 1º do artigo 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo 1º - A ajuda de custo corresponderá à parcela de até 90% (noventa por cento) do valor das despesas para estudantes que freqüentam cursos universitários e profissionalizantes de até 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas para estudantes que freqüentam curso preparatório para vestibular, com transporte necessário até o Município onde se localiza o Estabelecimento de Ensino em que o beneficiário está cursando, não podendo ultrapassar o valor teto de R\$ 300,00 (trezentos reais), para cursos universitários e profissionalizantes e R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) para curso preparatório para vestibular.”

ARTIGO 4º - O Parágrafo 2º, do artigo 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo 2º - A ajuda de custo será concedida para único curso de nível superior, curso técnico profissionalizante ou curso preparatório para vestibular.”

ARTIGO 5º - Os demais dispositivos da Lei nº 2.862/11, permanecerão inalterados.

ARTIGO 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2011.

ARTIGO 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 15 de março de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 020 e 021, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 15 de março de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(021)

LEI Nº 2.872 DE 15 DE MARÇO DE 2011

Dispõe sobre abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais no Orçamento de 2011 e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, créditos adicionais Suplementares e Especial no valor total de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) com inclusão e alterações no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

CREDITOS SUPLEMENTARES

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

08 – SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

08.244.0011.2.023 – Manutenção da Assistência Social - FMAS

3.3.90.39.00.210 – Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica.... R\$ 210.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 210.000,00

4.4.90.52.00.212 – Equipamento e Material Permanente ... R\$ 10.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 10.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – MERENDA ESCOLAR

08.243.0006.2.010 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.30.00.099 – Material de Consumo R\$ 80.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 80.000,00

ABERTURA DE CREDITO ESPECIAL

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

08 – SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

08.241.0011.2.019 – Manutenção da Assistência ao Idoso

4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente R\$ 30.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 30.000,00

Art. 2º – A cobertura dos créditos adicionais Suplementares e Especial abertos no artigo anterior, no valor total de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) serão conforme alude o inciso III, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, com anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ANULAÇÃO PARCIAL

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

08 – SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

08.243.0011.2.021 – Manutenção da Assistência a Criança e Adolescente

3.3.90.36.00.184 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física R\$ 30.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 30.000,00

08.244.0011.2.023 – Manutenção da Assistência Social - FMAS

3.1.90.11.00.197 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 80.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 80.000,00

3.1.90.13.00.198 – Obrigações Patroniais R\$ 30.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 30.000,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS – ENCARGOS GERAIS

28.8430004.0.001 – Juros e Amortização de Dívida Interna

4.6.90.71.00.056 – Principal da Dívida Contratual Resgatada . R\$ 190.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 190.000,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, em 15 março de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 022 e 023, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 15 de março de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(023)

**LEI Nº 2.873 de 22 de março de 2.011.
(Autor: Vicente di Santi Filho – Vereador)**

Dispõe sobre autorização de corte de árvores urbanas no Município de Laranjal Paulista e dá outras providências.

Eu, ROQUE LAZARO DE LARA, Presidente da Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo PROMULGO nos termos do § 7º, do Artigo 45 da Lei Orgânica do Município, a presente Lei:

Art. 1º A autorização para a supressão ou corte, em área urbana, de exemplares arbóreos nativos ou exóticos isolados, vivos ou mortos, situados fora de Áreas de Preservação Permanente assim definidas por ato do Poder Público, quando indispensáveis, será emitida pela Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, através do Departamento competente, mediante assinatura de Termo de Compromisso para reposição da árvore através do plantio de muda.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, por exemplares arbóreos nativos ou exóticos isolados, entende-se aqueles situados na calçada de via pública ou inseridos em área particular, fora de maciços florestais, que se destacam na paisagem como indivíduos, totalizando até, no máximo, 15 (quinze) unidades.

Art. 2º Será vedada a autorização de que trata a “caput” do artigo anterior, para os espécimes raros ou em extinção, quando assim declarados por ato do Poder Público, e os indivíduos de excepcional valor.

Art. 3º - Excepcionalmente poderá ser autorizada a supressão de exemplares arbóreos acima do estabelecido, desde que o interessado firme Termo de Compromisso para reposição das árvores e doe à Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, mudas de árvores, na proporção de 30:1, ou seja 30(trinta) mudas para cada árvores autorizada.

Art. 4º - A reposição da árvore através do plantio de mudas é obrigatória, devendo ser feita, preferencialmente, na área em que ocorreu a supressão, devendo ser repostas na proporção de 2:1, ou seja, 02(duas) mudas para cada árvore autorizada.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de se cumprir a condição anterior, as mudas deverão ser doadas à Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, que fará o plantio em área urbana do Município.

Art. 5º - Cabe à Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista a emissão de laudo técnico para a supressão de exemplares arbóreos situados em área pública, que deverá ser emitido por profissional legalmente habilitado perante o CREA ou CRBio.

Art. 6º - Cabe ao requerente a apresentação de laudo técnico para a supressão de exemplares arbóreos situados em área particular, que deverá ser emitido por profissional legalmente habilitado perante o CREA ou CRBio, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica.

Art. 7º - O requerimento para supressão ou corte de exemplares arbóreos nativos ou exóticos situados em área urbana, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) requerimento dirigido ao Chefe do Poder Executivo Municipal, descrevendo o motivo da supressão ou corte;
- b) cópia do CPF e RG do requerente;
- c) laudo técnico (para árvores em área particular);
- d) ART do profissional (para árvores em área particular);
- e) fotos da árvore;
- f) IPTU do imóvel;
- g) carta de anuência do proprietário (caso o requerente não seja proprietário do imóvel);
- h) planta aprovada pela Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista (em caso de construção);

Art. 8º - Nas áreas não efetivamente urbanizadas ou as que constituem-se em maciços florestais, as autorizações para corte de exemplares arbóreos somente poderão ser emitidas pela DEPRN - Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais, com base na legislação ambiental em vigor.

Art. 9º - Avaliando o pedido de supressão ou corte requerido, a autorização somente poderá ser emitida caso seja verificado motivos técnicos que o justifiquem ou, na ausência desses, motivos relevantes que demonstrem efetivamente a incompatibilidade do exemplar arbóreo com os equipamentos urbanos e uso da propriedade.

Art. 10 - Em caso de indeferimento, cabe ao requerente, no prazo de 20(vinte) dias do recebimento do comunicado, a interposição de recurso, que mencionará as razões do seu inconformismo, número do processo, dirigido ao Chefe do Executivo Municipal, que será recebido somente no efeito devolutivo.

Art. 11 - Aos infratores da presente Lei, em caso de corte indevido, será aplicada multa correspondente a 01(um) salário mínimo vigente para cada exemplar

arbóreo, sem prejuízo das sanções penais e denúncia à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca.

Art. 12 - O cumprimento desta Lei não exonera o cumprimento da legislação federal, estadual e municipal em vigor.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Laranjal Paulista, 22 de março de 2011.

ROQUE LAZARO DE LARA
Presidente da Câmara

Publicada, por inteiro teor, na Câmara Municipal, onde se encontra afixada no Átrio, em data de 22 do mês de março do ano de 2011, e encadernada sob fls. 02 a 04 no Volume de Leis nº 01/2011. Laranjal Paulista, 22 de março de 2011.

*Bento Fernando Dias Ferraz
Diretor Técnico Legislativo*

LEI Nº 2.874, DE 29 DE MARÇO DE 2011

Dá nova redação ao artigo 3º, da Lei nº 2.148, de 29 de outubro de 1998.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

ARTIGO 1º - O artigo 3º, da Lei nº 2.148, de 29 de outubro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ARTIGO 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será constituído de 07 (sete) membros, sendo:

I - 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente da Prefeitura Municipal;

II - 01 (um) representante titular 01 (um) suplente da Casa da Agricultura de Laranjal Paulista;

III - 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente da Associação dos Produtores Rurais;

IV - 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente do Setor de Avicultura;

V - 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente do Setor da Pecuária;

VI - 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente do Setor da Horticultura e,

VII - 01 (um) representante titular do Sindicato Rural de Laranjal Paulista.

Parágrafo Único – Os demais dispositivos desta Lei permanecerão inalterados.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 29 de março de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 027, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 29 de março de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.875, DE 29 DE MARÇO DE 2011

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2011 e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, crédito adicional ESPECIAL no valor total de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais) com alterações no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, com a inclusão das seguintes dotações orçamentárias:

ABERTURA DE CREDITO ESPECIAL

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0013.1.010 – Revitalização de Praças e Jardins

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 292.500,00

Fonte 05 – Transferências e Convênios Federais..... R\$ 292.500,00

15.452.0013.1.030 – Construção do Mirante no Bairro 10 de Outubro

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 97.500,00

Fonte 05 – Transferências e Convênios Federais..... R\$ 97.500,00

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 5.000,00

Fonte 91 – TESOURO-exercícios anteriores R\$ 5.000,00

Art. 2º – A cobertura dos créditos adicionais ESPECIAIS abertos no artigo anterior, no valor de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais), será coberto da seguinte forma:

- R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), através de contrato de repasse por conta do Ministério do Turismo, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

- R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme disposto no inciso I, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64. Recursos próprios do exercício anterior superávit financeiro.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 29 de março de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 028 e 029, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 29 de março de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(029)

LEI Nº 2.876, DE 29 DE MARÇO DE 2011
(Autor: José Francisco de Moura Campos–Vereador)

Institui o DIA MUNICIPAL DO IDOSO.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º.- Fica instituído o dia municipal do idoso, que deverá ser comemorado, anualmente, na semana que recair o dia 1º de outubro.

Art. 2º.- A data de que trata esta lei passa a integrar o calendário oficial do Município.

Art. 3º.- O Dia Municipal do Idoso tem como objetivo:

- I- Estimular atividades físicas e mentais nas pessoas de melhor idade;
- II- Conscientizar o idoso de sua importância, como fonte de experiência e importante papel na construção de uma sociedade com maior qualidade de vida;
- III- sensibilizar os diversos segmentos da sociedade sobre o papel e a respectiva importância do idoso;
- IV- promover na semana que se comemora o dia do idoso, atividades junto às escolas, visando formação educacional voltada ao respeito e a valorização da pessoa idosa.

Art. 4º.- VETADO.

Art. 5º.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 29 de março de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 030, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 29 de março de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(030)

LEI Nº. 2.877 DE 05 DE ABRIL DE 2.011.
(Autor: José Francisco de Moura Campos)

Proíbe a utilização de telefone celular nas áreas de atendimento ao público dos estabelecimentos bancários.

Eu, ROQUE LAZARO DE LARA, Presidente da Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo PROMULGO nos termos do § 7º, do Artigo 45 da Lei Orgânica do Município, a presente Lei:

Art. 1º- Fica proibida a utilização de telefone celular ou rádio de comunicação (tipo Nextel ou similar) seja para comunicação via voz ou por texto, nas áreas de atendimento ao público dos estabelecimentos bancários, inclusive nas áreas do atendimento por caixa eletrônico.

Art. 2º- O descumprimento da presente lei acarretará multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para a Agência Bancária, podendo o seu valor ser cobrado em dobro no caso de reincidência.

Parágrafo Único. A Agência Bancária poderá ter seu alvará de funcionamento cassado no caso da reincidência se assim entender conveniente o Poder Executivo Municipal.

Art. 3º- Devem estar afixadas, no interior dos estabelecimentos bancários, placas informativas que indicam a proibição do uso dos aparelhos constantes no artigo 1º desta Lei no interior dos estabelecimentos bancários.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Laranjal Paulista, 05 de abril de 2.011.

ROQUE LAZARO DE LARA
Presidente da Câmara

Publicada, por inteiro teor, na Câmara Municipal, onde se encontra afixada no Átrio, em data de 22 do mês de março do ano de 2011, e encadernada sob fls. 05 no Volume de Leis nº 01/2011. Laranjal Paulista, 05 de abril de 2011.

*Letícia Aparecida Alves Lima
Diretora Técnico Legislativo*

LEI Nº 2.878 DE 12 DE ABRIL DE 2011

Autoriza a celebração de Convênio com o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termos de Convênios e respectivos aditamentos com o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social.

ARTIGO 2º - Para o cumprimento do disposto no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado:

- I - A executar os Programas ligados à Secretaria de Desenvolvimento Social;
- II - A receber repasses financeiros e/ou cessão de uso de bens patrimoniais e outros;
- III - A abrir crédito suplementar especial ao orçamento nos valores liberados pelos ajustes, até os limites previstos na Lei Orçamentária.

ARTIGO 3º - Os encargos que a Prefeitura vier a assumir em razão da execução do acordo correrão por conta de verbas próprias constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 12 de abril de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 032, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 12 de Abril de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(032)

LEI Nº 2.879 DE 12 DE ABRIL DE 2011

Dispõe sobre denominação de Via Pública.
(Autor: Fábio José de Oliveira – Vereador)

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art.1º Fica denominado de **Rua APARECIDO EUGÊNIO BOMBONATTI**, a Rua nº 7 localizada no Residencial Recanto do Laranjal, no Município de Laranjal Paulista.

Art.2º Da placa denominativa constará o nome de **Rua APARECIDO EUGÊNIO BOMBONATTI**.

Art.3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento municipal vigente.

Art.4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 12 de abril de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 033, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 12 de Abril de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(033)

LEI Nº 2.881 DE 12 DE ABRIL DE 2011
(Autor: Vicente di Santi Filho – Vereador)

Dispõe sobre o uso dos espaços publicitários nos ônibus, nos abrigos de espera, no Terminal Rodoviário, nas Escolas, nos estabelecimentos comerciais, nas repartições públicas, para campanhas educativas contra a degradação ambiental

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal através da Secretaria do Meio Ambiente autorizada a realizar campanhas educativas contra a Degradação Ambiental utilizando os espaços publicitários dos ônibus, terminal rodoviário, escolas, estabelecimentos comerciais e repartições públicas.

Art. 2º - O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 12 de abril de 2.011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 035, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 12 de Abril de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.882 DE 12 DE ABRIL DE 2011
(Autor: Vicente di Santi Filho – Vereador)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de Livro para reclamações e sugestões dos usuários nas unidades de atendimento ao público da Secretaria Municipal de Saúde.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - As unidades de atendimento ao público da Secretaria de Saúde do Município de Laranjal Paulista deverão disponibilizar aos usuários, em locais visíveis, assinalados por cartaz e facilmente acessíveis, livros com páginas numeradas, para registro de reclamações, críticas e sugestões, com abertura e fechamento diário, assinado pelo servidor responsável pelas equipes que estiverem em serviço.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições contrárias.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 12 de abril de 2.011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 036, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 12 de Abril de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(036)

LEI Nº 2.883 DE 12 DE ABRIL DE 2011

(Autor: Vicente di Santi Filho – Vereador)

Institui no Executivo Municipal o Programa “Vigilantes do Meio Ambiente”, autoriza convênios e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Executivo Municipal de Laranjal Paulista, em caráter permanente, o programa VIGILANTES DO MEIO AMBIENTE, a ser executado em parceria com instituições de ensino e com pessoas jurídicas de direito privado, mediante convênios que ficam por esta Lei autorizados.

Parágrafo único – São objetivos do programa:

- a) Incentivo para preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- b) Conscientização da comunidade para melhoria da qualidade devida na cidade;
- c) Preservar a diversidade arbórea das praças, áreas de lazer e vias públicas;
- d) Identificação de atividade privada ou pública que provoque degradação do meio ambiente.

Art. 2º - A participação dos integrantes do programa será voluntária, podendo os convênios com a iniciativa privada prever o ressarcimento de despesas de locomoção, alimentação e vestuário dos Vigilantes do Meio Ambiente.

Art. 3º - No cumprimento dos objetivos estabelecidos no artigo anterior, os Vigilantes do Meio Ambiente realizarão o mapeamento do município, identificando especialmente as vias públicas dos bairros, locais em que devem ser plantadas árvores, extração das que estejam contaminadas por cupins ou pragas do gênero, bem como aquelas que possam ser recuperadas com aplicação de inseticidas e fertilizantes.

Art. 4º - Através da Secretaria do Meio Ambiente, o Executivo Municipal providenciará a cooperação de instituições de ensino envolvidas com preservação ambiental para o apoio científico e técnico aos Vigilantes do Meio Ambiente.

Art. 5º - No prazo de trinta dias da promulgação desta Lei o Chefe do Executivo baixará o competente regulamento, fixando as atribuições da Secretaria do Meio Ambiente, na implementação do aludido programa.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 12 de abril de 2.011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 037 e 038, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 12 de Abril de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(038)

LEI Nº 2.884 DE 12 DE ABRIL DE 2011
(Autor: Vicente di Santi Filho – Vereador)

Autoriza a implantação de placas informativas em Postos de Saúde do Município.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar nos Postos de Saúde do Município placas informativas indicando os nomes dos profissionais, suas respectivas especialidades, a data e o horário de atendimento ao público, bem como o nome do responsável pela coordenação da Unidade de Saúde e o telefone de contato para recebimento de eventuais reclamações.

Art. 2º - As placas a que se refere o artigo anterior serão afixadas na sala principal de acesso, em local visível, objetivando orientar os usuários.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 12 de abril de 2.011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 039, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 12 de Abril de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(039)

LEI Nº 2.885, DE 26 DE ABRIL DE 2011

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2011 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, crédito adicional ESPECIAL no valor total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), com inclusões e alterações no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, com a criação da seguinte dotação orçamentária:

I - ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0010.1.045 – Aquisição de Equip. para o Centro de Especialidade e Reabilitação

4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente R\$ 9.000,00

Fonte 2 – Transferências e Convênios Estaduais Vinculados R\$ 9.000,00

Art. 2º – A cobertura do crédito adicional ESPECIAL abertos no artigo anterior, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), será coberto da seguinte forma:

I - R\$ 9.000,00 (nove mil reais), conforme disposto no inciso I, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64. Recursos de Convênios Estaduais remanescente do exercício anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 26 de abril de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR

Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 040, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 26 de Abril de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.886, DE 26 DE ABRIL DE 2011

Dispõe sobre a concessão de contribuição à Associação Criança Esperança Laranjalense - ACEL, conforme específica, e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a conceder à ASSOCIAÇÃO CRIANÇA ESPERANÇA LARANJALENSE – ACEL, contribuição no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), destinada ao custeio de despesas conforme convênio em anexo, que passa a fazer parte integrante desta lei.

Parágrafo 1º – A contribuição de que trata este artigo será repassada após a aprovação pelo Executivo, do Plano de Trabalho, previamente apresentado pela Entidade.

Parágrafo 2º - O prazo para Prestação de Contas Consolidada não poderá ultrapassar o dia 31 de janeiro de 2012.

Parágrafo 3º - Para a comprovação da aplicação dos recursos financeiros recebidos, a entidade beneficiária deverá dotar, rigorosamente, os procedimentos constantes do art. 50, das Instruções nº 02/2008, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 2º A importância de que trata o artigo anterior será repassada pela Secretaria Municipal de Promoção Social e Desenvolvimento Habitacional nos meses de maio a dezembro de 2011.

Art. 3º A Entidade Beneficiária fica obrigada a prestação de contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da parcela autorizada por esta lei.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) na seguinte rubrica:

02.08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

082430011.2.021 - Manutenção da Assistência a Criança e Adolescente
3.3.50.41.00.0000 Contribuições + R\$ 65.000,00
177 Fonte....: 01 TESOURO

Art. 5º A cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será proveniente do que alude o art. 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, com alterações na LDO Lei de Diretrizes Orçamentária 2011 e PPA – Plano Plurianual 2010/2013.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 26 de abril de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 041 e 042, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 26 de Abril de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(042)

LEI Nº 2.887, DE 26 DE ABRIL DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão de direito real de uso de imóvel para a ACE – Associação Comercial e Empresarial de Laranjal Paulista. (Redação de acordo com a Emenda nº 02/2011).

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar concessão de direito real de uso a ACE – Associação Comercial e Empresarial de Laranjal Paulista, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 50.798.867/0001-0, situada na Av. da Saudade, 108, sala 02 – Centro, Laranjal Paulista, SP, o imóvel com área aproximada de 1084 m², devidamente registrado na matrícula 5.918, do CRI de Laranjal Paulista, SP. (Redação de acordo com a Emenda nº 02/2001).

Art. 2º - O imóvel destina-se a construção de prédio que será utilizado pela ACE – Associação Comercial e Empresarial e pela Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista/SP.

Art. 3º - A área a ser utilizada pela Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, destina-se a instalação definitiva do Centro Empresarial Atílio Zalla, abrigando serviços públicos como SEBRAE, BANCO DO POVO, PAT e assemelhados, com aproximadamente 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados) de área construída.

Art. 4º - A Prefeitura Municipal poderá utilizar as instalações pelo período que achar necessário, cabendo a mesma manter e conservar o prédio na parte por ela utilizada, em perfeitas condições. (Redação de acordo com a emenda nº 02/2011).

Art. 5º - O prazo para início da construção do prédio é 12 (doze) meses, a contar da data da promulgação da presente lei e o prazo para entrega da obra na parte a ser utilizada pela Prefeitura Municipal é de 6 (seis) meses.

Parágrafo Único: Desde logo fica autorizada a isenção de ISSQN _ Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza e taxas sobre a totalidade da obra.

Art. 6º - Não sendo cumpridas as obrigações constantes da presente Lei pela beneficiária, o imóvel retornará automaticamente ao Município mediante Decreto do Poder Executivo, após notificação administrativa da beneficiária

com prazo de 60 (sessenta) dias para manifestação, não cabendo a esta qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas e introduzidas no imóvel. (Redação de acordo com a Emenda nº 02/2011).

Art. 7º - O prazo para concessão de direito real de uso será de 99 (noventa e nove) anos, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, desde que atendidas às finalidades desta Lei. (Redação de acordo com a Emenda nº 02/2011).

Art. 8º - A entidade beneficiada não poderá utilizar o imóvel para outro fim, sem a prévia autorização do Município mediante Lei específica. (Redação de acordo com a Emenda nº 02/2011).

Art. 9º - A ACE – Associação Comercial e Empresarial de Laranjal Paulista não poderá transferir seus direitos, ceder ou alugar a terceiros, parte ou todo o imóvel sem prévia autorização do Município. (Redação de acordo com a Emenda nº 02/2011).

Parágrafo Único – O não cumprimento do disposto neste artigo ensejará a imediata reversão do imóvel ao Município, consoante dispõe o artigo 6º desta Lei. (Redação de acordo com a Emenda nº 02/2011).

Art. 10 - A presente Lei poderá ser revista, a cada 10 (dez) anos, se necessários, para adequações de uso, sendo certo que a revisão não pode se constituir em revogação da concessão. (Redação de acordo com a Emenda nº 02/2011).

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranja Paulista, 26 de abril de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 043 e 044, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 26 de Abril de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(044)

LEI Nº 2.888, DE 12 DE ABRIL DE 2011

AUTÓGRAFO Nº 26/2011
PROJETO DE LEI Nº 26/2011

Dispõe sobre a revisão anual das remunerações dos servidores, dos subsídios dos Vereadores e do Presidente do Poder Legislativo do Município de Laranjal Paulista, na forma do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA DECRETA:

Art. 1º Fica concedido a partir de 1º de abril de 2011 reajuste salarial de 6,06% (seis inteiros e seis centésimos por cento) a título de revisão anual das remunerações dos servidores do Poder Legislativo do Município de Laranjal Paulista.

Art. 2º Fica concedido a partir de 1º de abril de 2011 reajuste de 6,06% (seis inteiros e seis centésimos por cento) dos subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Laranjal Paulista, a título de revisão anual.

Art. 3º A revisão anual será fixada sempre no primeiro dia do mês de abril de cada ano.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei serão cobertas pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Laranjal Paulista, 12 de abril de 2011.

ROQUE LAZARO DE LARA
Presidente da Câmara

JOSÉ FRANCISCO DE MOURA CAMPOS
1º. Secretário

LEI Nº 2.889, DE 10 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2011 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, crédito adicional ESPECIAL no valor total de R\$ 1.510.000,00 (hum milhão, quinhentos e dez mil reais) com inclusão e alteração no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, de projetos nas seguintes dotações orçamentárias:

ABERTURA DE CREDITO ESPECIAL

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0010.1.040 – Sistema de Abastecimento de Água.

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 1.464.700,00

Fonte 05 – Transferências e Convênios Federais..... R\$ 1.464.700,00

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 45.300,00

Fonte 1 – Tesouro R\$ 45.300,00

Art. 2º. – A cobertura dos créditos adicionais ESPECIAIS abertos no artigo anterior, no valor de R\$ 1.510.000,00 (hum milhão, quinhentos e dez mil reais), será coberto da seguinte forma:

I - R\$ 1.464.700,00 (Hum milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil e setecentos reais), através de contrato de repasse por conta do Ministério da Saúde Funasa, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excesso de arrecadação.

II - R\$ 45.300,00 (quarenta e cinco mil e trezentos reais), conforme disposto no inciso III, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64. Recursos Tesouro, para contrapartida com anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

99.999.0004.0.999 – Reserva de Contingência

9.9.99.99.00.62 – Reserva de Contingência - R\$ 45.300,00

Fonte 1 – Tesouro R\$ 45.300,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 10 de maio de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 046 e 047, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 10 de maio de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(047)

LEI Nº 2.890, DE 10 DE MAIO DE 2011

Ratifica o Protocolo de Intenções para a constituição do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê – CISAB SMT.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado o Protocolo de Intenções para a constituição do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê – CISAB SMT, Anexo Único desta Lei.

§ 1º. Para todos os efeitos legais os dispositivos do Protocolo de Intenções mencionado no *caput*, bem como do Contrato de Consórcio Público em que se converter, bem como seus Anexos, serão considerados texto legal.

§ 2º. Com o número de ratificações previsto no Protocolo de Intenções, fica este convertido em Contrato de Consórcio Público, bem como fica constituída a autarquia Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê – CISAB SMT.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 10 de maio de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 048, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 10 de maio de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.892, DE 10 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre autorização para o Poder Executivo Municipal firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal Paulista APAE, e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio e de Aditamentos com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal Paulista APAE – CNPJ 67.363.358/0001-50, objetivando a integralização dos serviços de assistência Municipal de Saúde e Educação.

Art. 2º O prazo de vigência do presente convênio será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos no interesse da Administração Municipal.

Parágrafo 1º – O valor anual do presente convênio será de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), repassados em parcelas mensais da seguinte forma: de janeiro a novembro R\$ 15.416,66 e dezembro R\$15.416,74.

Parágrafo 2º - Os critérios para os repasses, bem como as Prestações de Contas, deverão obedecer às normas estabelecidas na Lei Federal 4.320/64, e Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, devendo a Entidade:

- a) Estar Certificada junto ao Conselho Municipal de Assistência Social;
- b) Aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total;
- c) Receber parecer técnico e jurídico favorável ao plano de trabalho pelos Órgãos da Prefeitura Municipal;
- d) Apresentar declaração de funcionamento regular, emitida por duas autoridades de outro nível de governo;
- e) Não possuir agente político como membro de direção.

Art. 3º. Para cumprimento do disposto no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado:

I – transferir recursos financeiros e/ ou cessão de uso de bens patrimoniais, e outros, desde que especificado e autorizado pela Câmara Municipal;

II - abrir crédito adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), com alterações no PPA – Plano Plurianual 2010/2013 e LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária 2011, e Lei Orçamentária vigente nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MDE

12.361.0005.2.007 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.39.00.74 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica..... R\$ 61.000,00
Fonte 1 – Recursos Próprios R\$ 61.000,00
07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0010.2.016 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDIA E AMBULATORIAL
3.3.90.39.00.151 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica..... R\$ 124.000,00
Fonte 1 – Recursos Próprios..... R\$ 124.000,00

Art. 4º. – Os recursos para cobertura do crédito adicional SUPLEMENTAR aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 185.000,00 (Cento e Oitenta e cinco Mil Reais), será proveniente de ANULAÇÃO PARCIAL, conforme disposto no inciso III, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, da seguinte dotação:

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS – ENCARGOS GERAIS
99.999.0004.0.999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
9.9.99.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 185.000,00
Fonte 1 – Recursos Próprios R\$ 185.000,00

Art. 5º. Ficam atualizados os anexos II e III no Plano Plurianual 2010/2013 e os anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2011, referentes aos programas de que trata a presente Lei.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2011.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 10 de maio de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 050 e 051, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 10 de maio de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(051)

LEI Nº 2.893, DE 10 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a concessão de recursos financeiros para participar de estágio ligado a UNESP e ao CNPq, em Botucatu e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder recursos financeiros a título de ajuda de custo para o transporte em veículos coletivos de passageiros, aos estudantes matriculados regularmente no ensino médio, que freqüentam o curso de férias na área de Ciências Biológicas, para participar de estágio ligado a UNESP e ao CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) com objetivo de auxiliar alunos doutorandos em pesquisas.

ARTIGO 2º - A ajuda de custo de que trata a presente Lei será concedida, mensalmente, no período de 01 de maio de 2011 a 28 de fevereiro de 2012.

PARÁGRAFO 1º - A ajuda de custo corresponderá a R\$ 1,50 (hum real e cinqüenta centavos) por km rodado, limitado ao valor máximo de R\$ 200,00 (duzentos reais) ao mês, por aluno para despesas com transporte do município de Laranjal Paulista ao município de Botucatu, onde está localizado o estabelecimento de ensino em que o beneficiário está fazendo estágio.

ARTIGO 3º - Para receber a ajuda de custo, o estudante deverá:

- I – Requerer ao Chefe do Poder Executivo até o dia 16/06/2011
- II – Comprovar a respectiva matrícula no estágio junto a UNESP e/ou CNPq;
- III – ter residência e domicilio no município de Laranjal Paulista;
- IV – Comprovar o valor da despesa com transporte através de nota fiscal;
- V – Comprovar a freqüência no curso trimestralmente;
- VI – prestar 08 (oito) horas de serviço ao ano, para a municipalidade ou entidade assistencial sem fins lucrativos, que possuem certificado de registro junto a Secretaria de Promoção Social e Desenvolvimento Habitacional, até a data de 30/01/2012.

PARÁGRAFO 2º – Caso não ocorra à prestação de serviços até a data de 30/01/2012, o estudante não fará jus a ajuda de custo no mês de fevereiro de 2012.

ARTIGO 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei serão cobertas com recursos próprios do orçamento municipal vigente, suplementados, oportunamente, se necessário.

ARTIGO 5º - Esta lei será regulamentada por Decreto.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 01 de maio de 2011.

ARTIGO 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 10 de maio de 2.011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 052 e 053, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 10 de maio de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(053)

LEI Nº 2.894 DE 24 DE MAIO DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a sortear bens móveis em favor de contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano - I.P.T.U., e da Contribuição de Melhoria, conforme especifica e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

ARTIGO 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a sortear bens móveis em favor de contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano – I.P.T.U., e da Contribuição de Melhoria, que possuam imóveis inscritos no Cadastro Fiscal da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista.

§ 1º. Participarão automaticamente do sorteio os contribuintes do I.P.T.U., e da Contribuição de Melhoria que efetuarem a quitação de tais tributos até o último dia útil do mês de dezembro de cada exercício.

§ 2º. Os imóveis com tributos parcelados, ainda que com parcelas vencíveis, deverão apresentar quitação total até o último dia útil do mês de dezembro de cada exercício, sob pena de não ser deferido o respectivo prêmio ao contribuinte caso sorteado.

§ 3º. Será considerado contribuinte do I.P.T.U., e da Contribuição de Melhoria, para os efeitos desta lei, e receberá o prêmio, desde que atenda o disposto no § 1º, aquele que, até o último dia útil do mês de dezembro de cada exercício, detenha título hábil em demonstrar a propriedade e/ou posse do imóvel sorteado.

ARTIGO 2º. O sorteio com distribuição dos prêmios se realizará no mês de janeiro do exercício subsequente ao pagamento efetuado nos moldes do §1º do artigo 1º desta Lei.

§1º - A data, horário e local para o sorteio, bem como a descrição dos prêmios serão estabelecidos por meio de Decreto do Executivo Municipal.

§2º - O procedimento do sorteio ocorrerá por meio de globos giratórios contendo bolas numeradas em seu interior.

ARTIGO 3º. Não poderão concorrer aos prêmios:

- I. Prefeito e Vice-Prefeito Municipal;
- II. Vereadores Municipais;

- III. Ocupantes de cargos de provimento em comissão na Prefeitura, Autarquia e Câmara Municipal.
- IV. Os contribuintes aos quais tenha sido concedida isenção total de taxas, impostos, contribuição melhoria, etc.

ARTIGO 4º. O Poder Executivo regulamentará por Decreto a execução desta lei, suprindo as lacunas que porventura vierem a ocorrer.

ARTIGO 5º. As despesas decorrentes da presente lei ocorrerão por conta de verbas próprias constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 24 de maio de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 054 e 055, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 24 de maio de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(055)

LEI Nº 2.895, DE 24 DE MAIO DE 2011

Autoriza o Município de Laranjal Paulista a contratar com a NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A – NCD-AFESP, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo do Município de Laranjal Paulista autorizado a celebrar com a NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO - NCD-AFESP, operações de crédito até o montante de R\$ 520.000,00 (Quinhentos e vinte mil reais), destinadas a obras de pavimentação no âmbito do programa VIA SP, cujas condições encontram-se previstas no artigo 2º, desta Lei, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - As operações de crédito de que trata o art. 1º desta Lei subordinar-se-ão às seguintes condições gerais:

- a) A taxa de juros do financiamento é a de 8% ao ano, calculada *pro rata die*, acrescida de atualização monetária do IPC-FIPE, ou aquele que venha a substituí-lo no caso de sua extinção, pagáveis inclusive durante o prazo de carência, à NCD-AFESP.
- b) O financiamento será pago em até 11 (onze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, sendo de até 6 (seis) meses o prazo de carência com juros pagos trimestralmente e até 11 (onze) parcelas de amortização e juros pagos mensalmente.
- c) A participação do Município, a título de contrapartida, só será requerida caso o valor do objeto do financiamento ultrapasse o limite do valor a ser contratado neste financiamento.

Art. 3º - Fica o Município autorizado a oferecer a vinculação em garantia das operações de crédito, por todo o tempo de vigência dos contratos de financiamento e até a liquidação total da dívida, sob a forma de Reserva de Meio de Pagamento, das Receitas de Transferências oriundas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços de - ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, em montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas do principal e o pagamento dos acessórios da dívida.

Parágrafo Único - As receitas de transferências sobre as quais se autoriza a vinculação em garantia, em caso de sua extinção, serão substituídas pelas receitas que vierem a serem estabelecidas constitucionalmente, independentemente de nova autorização.

Art. 4º - O Chefe do Executivo do Município está autorizado a constituir a NCD-AFESP como sua mandatária, com poderes irrevogáveis e irretratáveis, para receber junto às fontes pagadoras das receitas de transferências mencionadas no *caput* do artigo terceiro, os recursos vinculados, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que lhe for devido por força dos contratos a que se refere o artigo primeiro.

Parágrafo Único - Os poderes mencionados se limitam aos casos de inadimplemento do Município e se restringem às parcelas vencidas e não pagas.

Art. 5º - Fica o Município autorizado a:

- a. Participar e assinar contratos, convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente Lei.
- b. Aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas da NCD-AFESP, referentes às operações de crédito, vigentes à época da assinatura dos contratos de financiamento.
- c. Aceitar o foro da cidade de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução dos contratos.

Art. 6º - Os orçamentos municipais consignarão, obrigatoriamente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 7º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos especiais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes das operações de crédito ora autorizadas.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 24 de maio de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 056 e 057, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 24 de maio de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.896, DE 24 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2011 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, crédito adicional SUPLEMENTAR no valor total de R\$ 399.750,00 (trezentos e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta reais) com alterações no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, com a inclusão das seguintes dotações orçamentárias:

ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0013.1.049 – Recape de Vias Públicas

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 420.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 420.000,00

Art. 2º. – A cobertura do crédito adicional SUPLEMENTAR aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 420.000,00 (Quatrocentos e Vinte Mil Reais), será proveniente dos seguintes recursos:

1 - Anulação parcial, conforme disposto no inciso III, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, das seguintes dotações:

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0013.1.004 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública

4.4.90.51.00.229 – Obras e Instalações - R\$ 100.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 100.000,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0013.1.010 – Construção Revitalização de Praças, Parques e Jardins

4.4.90.51.00.2449 – Obras e Instalações - R\$ 100.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 100.000,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0013.1.052 – Reforma e Ampliação de Prédios Públicos

4.4.90.51.00.2451 – Obras e Instalações - R\$ 100.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 100.000,00

2- Excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso I, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de **R\$ 120.000,00**

Fonte 01 – Tesouro R\$ 120.000,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 24 de maio de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 058 e 059, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 24 de maio de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02

(059)

LEI Nº 2.897, DE 24 DE MAIO DE 2011
(Autor: Vicente Di Santi Filho – Vereador)

Institui o programa Reconhecimento de Contribuição Ambiental em Laranjal Paulista e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Laranjal Paulista o programa de Reconhecimento de Contribuição Ambiental.

Art. 2º - O Poder Público concederá o “Selo Ambiental do Município de Laranjal Paulista” em reconhecimento e como incentivo às empresas, indústrias, entidades, comércios e aos Departamentos ou unidades públicas que desenvolverem ações referentes às boas práticas ambientais voltadas à conscientização, educação e preservação do meio ambiente, proporcionando melhor qualidade de vida a presente e às futuras gerações, nos termos desta Lei e em regulamento próprio, sem prejuízo de outras exigências legais.

Art. 3º - A adesão ao Programa de Reconhecimento de Contribuição Ambiental será de forma voluntária.

Art. 4º - O programa de Reconhecimento de Contribuição Ambiental do Município de Laranjal Paulista abrange, principalmente, o atendimento às exigências da legislação ambiental vigente, à educação ambiental, à segregação de resíduos sólidos, à valorização das áreas verdes, a economia de recursos hídricos e elétricos, a busca da melhoria ambiental contínua e dos sistemas de gestão ambiental.

Art. 5º - Os critérios para avaliação e a certificação com o “Selo Ambiental do Município de Laranjal Paulista” serão definidos pelo Poder Executivo Municipal, por meio de Decreto do Executivo a ser expedido quando da regulamentação desta Lei, previsto em seu artigo 2º.

Art. 6º - O Poder Executivo, a seu critério, poderá, anualmente, promover concursos educacionais nas escolas municipais, a fim de que os alunos possam definir o logotipo do “Selo Ambiental do Município de Laranjal Paulista”.

Art. 7º - O “Selo Ambiental do Município de Laranjal Paulista” terá validade de 12 meses, devendo ao término deste período ser avaliada a situação de manutenção ou suspensão da certificação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 24 de maio de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 060 e 061, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 24 de maio de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02

(061)

LEI Nº. 2.898 de 30 de maio de 2.011.
(Autor: José Francisco de Moura Campos)

“Autoriza a inspeção anual do estado geral de saúde dos alunos dos estabelecimentos da rede pública municipal de ensino de Laranjal Paulista.”

Eu, ROQUE LAZARO DE LARA, Presidente da Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo PROMULGO nos termos do § 7º, do Artigo 45 da Lei Orgânica do Município, a presente Lei:

Art. 1º. – Fica autorizada a inspeção anual do estado geral de saúde dos alunos dos estabelecimentos da rede pública municipal de ensino.

Art. 2º. – A inspeção do estado geral de saúde dos alunos será feita através de avaliação clínica definida pela Municipalidade, realizada gratuitamente, no primeiro bimestre do ano letivo.

Art. 3º. – Caberá à Secretaria Municipal da Saúde, em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação, a execução do disposto nesta Lei.

Art. 4º. – Para fazer face às despesas decorrentes da execução desta Lei, o Chefe do Poder Executivo Municipal, fará constar do orçamento para 2012 e nos anos seguintes.

Art. 5º. – O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a celebrar os convênios que se fizerem necessários à execução desta Lei.

Art. 6º. – O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei.

Art. 7º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Laranjal Paulista, 30 de maio de 2.011.

ROQUE LAZARO DE LARA
Presidente da Câmara

Publicada, por inteiro teor, na Câmara Municipal, onde se encontra afixada no Átrio, em data de 30 do mês de maio do ano de 2011, e encadernada sob folhas 07 no Volume de Leis nº 01/2011. Laranjal Paulista, 30 de maio de 2011.

Letícia Aparecida Alves Lima
Diretora Técnica Legislativo

LEI Nº. 2.899 de 30 de maio de 2.011.

(Autor: José Francisco de Moura Campos)

Institui o Dia Municipal de Valorização da Vida, no Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Eu, ROQUE LAZARO DE LARA, Presidente da Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo PROMULGO nos termos do § 7º, do Artigo 45 da Lei Orgânica do Município, a presente Lei:

Art. 1º - Fica instituído o **DIA MUNICIPAL DE VALORIZAÇÃO DA VIDA**, no Município de Laranjal Paulista, no dia 07 de abril de cada ano, nas condições previstas pela presente Lei.

Art. 2º - O município fica autorizado a promover um evento a ser comemorado todos os anos, no dia 07 de abril, por ser o **DIA MUNDIAL DA SAÚDE**.

Art. 3º - O Município de Laranjal Paulista, através do Poder Executivo Municipal, envolverá a Divisão de Saúde e Bem Estar Social e Divisão de Educação, Cultura e Esportes, as quais caberá a organização e execução dos seguintes temas:

- I – Prevenção do uso de drogas;
- II – Prevenção da prática do aborto;
- III – Controle da diabetes com realização de exames;
- IV – Controle da hipertensão procedendo à medição da pressão;
- V – Tabagismo e seu mal;
- VI – Doação de sangue.

§ 1º. – Desenvolver palestras sobre: Uso de drogas e seus males; O aborto, que considerado crime e suas conseqüências; Conscientização e tratamento da diabetes; Exames periódicos para a conscientização da hipertensão que leva a morte precoce e inesperada; Uso do tabagismo que causa câncer e inúmeros outros problemas de saúde e incentivo a doação de sangue, através de programas e benefícios aos doadores;

§ 2º. – Além dos temas a serem implantados, deverão as divisões de Saúde e Bem Estar Social e de Educação, Cultura e Esportes, organizar as seguintes atividades: gincana esportiva e cultural, caminhada, passeio ciclístico, amostra e exposição de trabalhos escolares e palestras relacionadas à saúde.

§ 3º. - Para que o evento se torne um sucesso e de fácil acesso a todos os

interessados, deve-se escolher um ponto estratégico e central em nossa cidade para o desenvolvimento dos temas.

Art. 4º - O Município de Laranjal Paulista, poderá promover convênios com entidades ou associações governamentais, para a execução dos temas e atividades.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Laranjal Paulista, 30 de maio de 2.011.

ROQUE LAZARO DE LARA
Presidente da Câmara

Publicada, por inteiro teor, na Câmara Municipal, onde se encontra afixada no Átrio, em data de 30 do mês de maio do ano de 2011, e encadernada sob folhas 08 e 09 no Volume de Leis nº 01/2011. Laranjal Paulista, 30 de maio de 2011.

*Letícia Aparecida Alves Lima
Diretora Técnica Legislativo*

LEI Nº. 2.900 de 30 de maio de 2.011.

(Autor: José Francisco de Moura Campos)

Inclui o parágrafo 1º e incisos I, II e III, bem como parágrafos 2º e 3º no artigo 7º da Lei nº 2.320 de 1º de março de 2.002.

Eu, ROQUE LAZARO DE LARA, Presidente da Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo PROMULGO nos termos do § 7º, do Artigo 45 da Lei Orgânica do Município, a presente Lei:

Art. 1º. – Ficam inclusos no artigo 7º da lei nº 2.320 de 1º de março de 2002. O paragrafo 1º e incisos I, II e III, bem como parágrafos 2º e 3º.

§ 1º. – É considerado tratamento adequado das piscinas com recirculação da água:

I – manter o pH entre 6,7 e 7,9;

II – o cloro residual disponível estar compreendido entre 0,5 mg/l (meio miligrama por litro) e 0,8 mg/l (oito décimos de miligrama por litro);

III – as piscinas deverão ser mantidas cobertas com lonas apropriadas, de forma a não acumular água nestas lonas, quando estiverem em desuso.

§ 2º. – As piscinas que não disponham de sistema de recirculação da água deverão ser esvaziadas e lavadas, esfregando-se suas paredes, uma vez por semana.

§ 3º. – Os espelhos d'água, as fontes e os chafariz também deverão ser esvaziados e lavados uma vez por semana.

Art. 2º. - Esta Lei entrara em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Câmara Municipal de Laranjal Paulista, 30 de maio de 2.011.

ROQUE LAZARO DE LARA
Presidente da Câmara

Publicada, por inteiro teor, na Câmara Municipal, onde se encontra afixada no Átrio, em data de 30 do mês de maio do ano de 2011, e encadernada sob folhas 10 no Volume de Leis nº 01/2011. Laranjal Paulista, 30 de maio de 2011.

Letícia Aparecida Alves Lima
Diretora Técnica Legislativo

LEI Nº 2.901 DE 08 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2011 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, crédito adicional ESPECIAL no valor de R\$ 147.500,00 (cento e quarenta e sete mil e quinhentos reais) com alterações no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, com a inclusão da seguinte dotação orçamentária:

ABERTURA DE CREDITO ESPECIAL

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

13 – 01 SETOR DE ESPORTE E LAZER

27.812.0016.1.034 – Ampliação do ESTADIO MUNICIPAL JOÃO ROMA

4.4.90.51.00.00 – R\$ 97.500,00

Fonte 05 – Transferências e Convênios Federais..... R\$ 97.500,00

27.812.0016.1.034 – Ampliação do ESTADIO MUNICIPAL JOÃO ROMA

4.4.90.51.00.00 – R\$ 50.000,00

Fonte 01 – TESOURO R\$ 50.000,00

Art. 2º – A cobertura do crédito adicional ESPECIAL aberto no artigo anterior, no valor R\$ 147.500,00 (cento e quarenta e sete mil e quinhentos reais), será coberto da seguinte forma:

- R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, convênio firmado com o Ministério do Esporte.

- R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64. Recursos excesso de arrecadação do exercício vigente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 08 de junho de 2.011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 066 e 067, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 08 de junho de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(067)

LEI Nº 2.903, DE 14 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre alteração dos anexos I, II e III da Lei nº 2.713, de 25 de agosto de 2009, alterada pela Lei nº 2.855, de 30 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Laranjal Paulista para o quadriênio 2010 a 2013, e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Anexo I – Planejamento Orçamentário – PPA – Fonte de Financiamento dos Programas Governamentais fica com seus valores alterados pelo Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Ficam alterados, na forma especificada, os Programas Governamentais constantes dos Anexos II e III do Plano Plurianual do Município de Laranjal Paulista 2010/2013.

Art. 3º - Os valores de transferência de Convênios Federais e Estaduais consignados no orçamento de 2011 correrão a conta deste Plano Plurianual, podendo ser reabertos pelos seus saldos no exercício de 2012.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir do exercício financeiro de 2012.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 14 de junho de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 069, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 14 de junho de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(069)

LEI Nº 2.904, DE 14 DE JUNHO DE 2011

Cria a Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, nos termos que especifica, a ser paga aos policiais militares que exercem atividade municipal delegada a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, por meio de convênio a ser celebrado com o Município de Laranjal Paulista/SP.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, nos termos especificados nesta lei, a ser mensalmente, paga aos integrantes da Polícia Militar que exercem atividade municipal delegada no Município de Laranjal Paulista, por força de convênio a ser celebrado com o Município de Laranjal Paulista/SP.

Art. 2º - A gratificação será calculada com base em hora de trabalho, num máximo de até 80 horas/mês, individualmente.

Art. 3º - O valor da gratificação por desempenho, bem como, o efetivo da Polícia Militar será fixado pelo Executivo, mediante Decreto, de acordo com a natureza e a complexidade das atividades objeto do convênio, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras verificadas e levadas em consideração por ocasião da assinatura do ajuste ao qual se refira.

Art. 4º - O pagamento da gratificação é incompatível com a percepção de outras vantagens com a mesma natureza.

Art. 5º - Caberá ao Prefeito firmar o convênio a que se refere o “caput” deste artigo, não podendo ser delegada a celebração desse ajuste.

Art. 6º - A presente lei será regulamentada, por Decreto, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 7º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 14 de junho de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 070, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 14 de junho de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.905, DE 14 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais no Orçamento de 2011 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, créditos adicionais SUPLEMENTARES E ESPECIAIS no valor de R\$ 2.158.135,69 (Dois Milhões, Cento e Cinquenta e Oito Mil, Cento e Trinta e Cinco Reais e Sessenta e Nove Centavos) com alterações no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, com a inclusão da seguinte dotação orçamentária:

ABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MDE

12.365.0005.1.021 – Construção de Creches – FNDE/PROINFÂNCIA

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 1.100.885,69

Fonte 05 – Transferências e Convênios Federais R\$ 1.100.885,69

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 12.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 12.000,00

12.361.0005.1.020 – Ampliação e Reforma de Escolas do Ensino Fundamental

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 150.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 150.000,00

08 – SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

08.241.0011.1.063 – Implantação da Praça de Exercícios do Idoso

4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente R\$ 15.000,00

Fonte 02 – Transferência e Convênios Estaduais R\$ 15.000,00

4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente..... R\$ 3.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 3.000,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0013.1.062 – Revitalização da Rua Gov. Pedro de Toledo

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 292.500,00

Fonte 05 – Transferência e Convênios Federais R\$ 292.500,00

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 20.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 20.000,00

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

27.812.0016.1.054 – Ampliação e Reforma do Estadio da Maristela

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 249.750,00

Fonte 05 – Transferências e Convênios Federais R\$ 249.750,00

27.812.0016.1.055 – Cobertura de Quadra Vila Tóti

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 195.000,00

Fonte 05 – Transferências e Convênios Federais R\$ 195.000,00

ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0013.1.049 – Recape de vias Públicas

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 120.000,00

Fonte 01 – Tesouro R\$ 120.000,00

Art. 2º. – A cobertura dos créditos adicionais SUPLEMENTARES E ESPECIAIS aberto no artigo anterior, no valor R\$ 2.158.135,69 (Dois Milhões, Cento e Cinquenta e Oito Mil, Cento e Trinta e Cinco Reais e Sessenta e Nove Centavos), será coberto da seguinte forma:

- R\$ 444.750,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais), conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, convênios firmado com o Ministério do Esporte.

- R\$ 1.100.885,69 (Hum Milhão, cem mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, convênio firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

- R\$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais), conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, convênio firmado com o Ministério do Turismo.

- R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, convênio firmado com o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

- R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64. Recursos excesso de arrecadação do exercício vigente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 14 de junho de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 071 a 073, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 14 de junho de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(03)

(073)

LEI Nº 2.906, DE 28 DE JUNHO DE 2011

Acrescenta a função de supervisor pedagógico, ao anexo III da Lei Municipal 85/07 de 12 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Estrutura Administrativa do Quadro de Pessoal e Salários, das Carreiras, da Avaliação de Desempenho, do Regulamento da Guarda Civil Municipal e Estatuto do Magistério da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, SP.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - o anexo III da Lei Municipal 85/2007, passa a ser acrescido, a fim de constar o emprego em comissão de supervisor de ensino, com a referência EC/7

Art. 2º - Os vencimentos do supervisor de ensino corresponderão ao do Diretor de Unidade Educacional, acrescido de 10% (dez por cento) sobre a remuneração do diretor de unidade educacional.

Art. 3º - É requisito para o preenchimento do emprego de supervisor de ensino, curso superior de pedagogia, e, no mínimo cinco anos de experiência docente, adquirida em qualquer nível de ensino (infantil, fundamental e médio) em sistema público ou privado.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor a partir da publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2011.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 28 de junho de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 074, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 28 de junho de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(074)

LEI Nº 2.907, DE 12 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas, para a elaboração dos Orçamentos do Município, relativo ao exercício de 2012, as Diretrizes Gerais de que trata este Capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual e no que couber na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Orgânica do Município e as recentes Portarias editadas pelo Governo Federal.

Art. 2º A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração do orçamento-programa para o próximo exercício deverá obedecer à disposição constante do Anexo I – Estrutura Orçamentária, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 3º As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária emanadas pelos setores competentes da área.

Art. 4º A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, conterá “reserva de contingência”, identificado pelo código 99999999 em montante equivalente a 1% (um por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º. Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento de despesa, consideram-se irrelevantes as despesas realizadas anualmente até o valor de R\$8.000,00 (oito mil reais), no caso de aquisição de bens ou prestação de serviços, e de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia. 6 § 3º da L.R.F.

§ 2º. A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada observará as normas estabelecidas pela Portaria 339, de 29/08/01 da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º. O orçamento fiscal englobará o Poder Executivo e Legislativo e seus fundos.

§ 4º. O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades de saúde, previdência e assistência social do município.

Art. 5º O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta parcial até o dia 30 de agosto, de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

Art. 6º A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

- I - Prioridade de investimentos nas áreas sociais;
- II - Austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III - Modernização na ação governamental;
- IV - Princípio de equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária;
- V - A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por elemento, nos termos do art. 15º da Lei Federal 4.320/64.

CAPÍTULO II DAS METAS FISCAIS

Art. 7º. As movimentações do quadro de Pessoal e alterações salariais, de que trata o artigo 169, § 1º da C.F., somente ocorrerão se atendidos os requisitos e limites da L.R.F., tanto pelos órgãos e entidades da Administração Direta.

Art. 8º. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 9º. As receitas e as despesas estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, as alterações da legislação tributária e a expansão ou diminuição do serviço público.

§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a expansão do número de contribuintes;
- IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.
- V - o crescimento das atividades econômicas representado pelo PIB, projetado para o ano de 2012.

§ 2º. As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCA.

§ 4º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de restos a pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 5º. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na inobservância do parágrafo anterior.

Art. 10. O Poder Executivo é autorizado a:

I - Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do orçamento das despesas autorizadas, nos termos da legislação vigente;

IV - Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação.

a) - Para efeito do presente inciso, entende-se por categoria de programação: a função, sub-função, programa, atividade, projeto, operação especial e seus elementos de despesas pertencentes a mesma unidade orçamentária/executora.

V - Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Parágrafo único. Não onerarão o limite previsto no inciso III, os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal, inativos e pensionistas, dívida pública, débito constantes de precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados.

Art. 11. Não sendo devolvido o autógrafo de lei orçamentária até o final do exercício de 2011 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Parágrafo único. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

I - Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

- II - Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações;
- III - Emitirá ao final de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento da Metas Fiscais, em audiência pública;
- IV - Os Planos, PPA, LDO, Orçamentos, prestação de Contas, parecer do T.C.E. serão amplamente divulgados e ficará à disposição da comunidade;
- V - O desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ou de comum acordo entre os Poderes, na conformidade com a L.O.M.

Art. 12. Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, comprometendo o equilíbrio entre a receita e a despesa ou mesmo as metas de resultados, será fixada a limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 1º. A limitação de que trata este artigo será fixada de forma proporcional à participação dos Poderes Legislativo e Executivo no total das dotações constantes da Lei Orçamentária de 2012 e de seus créditos adicionais.

§ 2º. A limitação terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação e será determinada por unidades orçamentárias.

§ 3º. A limitação de empenho e da movimentação financeira será determinada pelos Chefes do Poder Executivo e Legislativo, dando-se respectivamente, por decreto e por ato da mesa.

§ 4º. Exclui-se da limitação de que trata este artigo, às despesas que se constituem obrigação constitucional e legal de execução.

CAPITULO III DO ORÇAMENTO GERAL

Art. 13. O orçamento geral abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, e será elaborado de conformidade com a Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão, e demais Portarias editadas pelo Governo Federal.

Art. 14. As despesas com pessoal e encargos dos Poderes Executivo e Legislativo não poderão ter acréscimo real em relação aos créditos correspondentes, e os aumentos para o próximo exercício ficarão condicionados à existência de recursos, expressa autorização legislativa, às disposições emitidas no art. 169 da Constituição Federal, e no art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não podendo exceder o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) ao Executivo e 6% (seis por cento) ao Legislativo da Receita Corrente Líquida.

Art. 15. Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas constantes dos Anexos V e VI que fazem parte integrante desta lei, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos

programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas de governo.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no Artigo 4º da LRF, integram esta Lei os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos que dispõe as legislações em vigor, a efetuar repasses, através de subvenção, contribuição e auxílio as entidades relacionadas, condicionada aos limites das possibilidades financeiras do município.

Associação Criança Esperança Laranjalense – ACEL CNPJ 02.536.077/0001-06	44.100,00
União Beneficente Irmãs de São Vicente de Paulo CNPJ – 61.000.683.077/0001-71	44.100,00
Associação de Mães Maria Sampaio CNPJ – 45.508.934/0001-77	27.825,00
Asilo São Cristovão CNPJ – 51.335.578/0001-30	124.950,00
Sociedade Unidos da Melhor Idade de Laranjal Paulista CNPJ – 02.333.616/0001-00	12.757,50
Associação Amizade da Terceira Idade de Laranjal Paulista CNPJ – 02.170.340/0001-96	12.757,50
Associação Laranjalense dos Portadores de Def. – ALARDE CNPJ – 04.834.332/0001-22	20.000,00
Associação Mão Amiga/AMA CNPJ – 07.395.751/0001-01	46.305,00
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal Paulista - CNPJ – 67.363.358/0001-50	62.422,50
Santa Casa de Misericórdia de Laranjal Paulista CNPJ – 51.332.658/0001-31	378.000,00
TOTAL	773.217,50

Parágrafo único. Os critérios para os repasses, bem como as Prestações de Contas, deverão obedecer às normas estabelecidas na Lei Federal 4.320/64, e Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, devendo a Entidade:

- a) Estar Certificada junto ao Conselho Municipal de Assistência Social;
- b) Aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total;
- c) Receber parecer técnico e jurídico favorável ao plano de trabalho pelos Órgãos da Prefeitura Municipal;
- d) Apresentar declaração de funcionamento regular, emitida por duas autoridades de outro nível de governo;
- e) Não possuir agente político como membro de direção.

Art. 17. O município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, e os limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000, nas ações e serviços de saúde.

Art. 18. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro, compor-se-á de:

- I - Mensagem;
- II - Projeto de lei orçamentária;
- III - Tabelas explicativas da receita e despesas dos três últimos exercícios.

Parágrafo único. A Câmara não entrará em recesso enquanto não devolver o Projeto de Lei para sanção do Poder Executivo.

Art. 19. Integrarão à lei orçamentária anual:

- I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- II - Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
- III - Sumário da receita por fontes, e respectiva legislação;
- IV - Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

Art. 20. O Poder Executivo enviará até 30 de setembro o Projeto de Lei Orçamentário a Câmara Municipal, que o apreciará até final da Sessão Legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

Art. 21. É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, recursos do Município para custeio de despesas de competência de outras esferas de governo, salvo as autorizadas em Lei e Convênio.

Art. 22. Caso o valor previsto no anexo de metas fiscais, apresentarem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 12 de julho de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 075 a 080, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 12 de julho de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(06)

(080)

LEI Nº 2.908, DE 12 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2011 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, crédito adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) com alteração no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e LOA Lei Orçamentária Anual vigente, de dotação orçamentária na seguinte função, sub-função, programa e atividade:

ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR

ÓRGÃO 02 - PREFEITURA MUNICIPAL

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0010.2.016 – Manutenção da Assistência Médica e Ambulatorial

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P. JurídicaR\$ 330.000,00

FICHA 151 Fonte 01 – TESOURO

Art. 2º. – A cobertura do crédito adicional SUPLEMENTAR aberto no artigo anterior, no valor R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), será proveniente, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excesso de arrecadação a ser verificado no exercício.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 12 de julho de 2.011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR

Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 081, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 12 de julho de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.909, DE 12 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre denominação de Via Pública.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art.1º Fica denominado de **Rua RICIERI DOMENICO BRIZOTTI**, a Rua nº 11 localizada no bairro Residencial “Domingos Germano Castanho”, no Município de Laranjal Paulista.

Art.2º Da placa denominativa constará o nome de **Rua RICIERI DOMENICO BRIZOTTI**

Art.3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento municipal vigente.

Art.4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 12 de julho de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 082, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 12 de julho de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(082)

LEI Nº 2.910, DE 09 DE AGOSTO DE 2011

Altera o dispositivo do Artigo 1º, da Lei nº 2.296 de 29 de outubro de 2001, que dispõe sobre denominação de logradouros públicos.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - O Artigo 1º, da Lei nº 2.296 de 29 de outubro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ARTIGO 1º - Fica denominada Avenida ISAIAS ANTÔNIO BATAGLIN, a Estrada Municipal LRP – 182, que inicia no CDHU “Aracy Maffei Madeira – Distrito de Maristela e termina na Estrada Vicinal “Vereador GIOVANI COSTA”, Município de Laranjal Paulista.”

ARTIGO 2º - Da placa denominativa constará o nome do senhor **ISAIAS ANTÔNIO BATAGLIN**.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento municipal vigente.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 09 de agosto de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 083, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 09 de agosto de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(083)

LEI Nº 2.911, DE 09 DE AGOSTO DE 2011

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2011 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, créditos adicionais ESPECIAIS no valor de R\$ 104.790,00 (CENTO E QUATRO MIL, SETECENTOS E NOVENTA REAIS) com inclusão no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, com a criação das seguintes dotações orçamentárias:

ABERTURA DE CREDITOS ESPECIAIS

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MDE

12.361.0005.2.007 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00 00 – MATERIAL DE CONSUMO R\$ 4.000,00

3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍD .. R\$ 4.400,00

4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE .. R\$ 3.600,00

Fonte 05 – TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS FEDERAIS VINCULADOS PDDE-ESCOLA DE CAMPO

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MERENDA ESCOLAR

082430006.2.010 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO R\$ 14.440,00

Fonte 05 – TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS FEDERAIS VINCULADOS - PNAE MAIS EDUCAÇÃO

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0010.1.056 – Aquisição de Equipamentos UBS CS II

4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente R\$ 78.350,000

Fonte 05 – TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS FEDERAIS VINCULADOS – EQUIP. UBS CS II

Art. 2º. – A cobertura dos créditos adicionais ESPECIAIS abertos no artigo anterior, no valor R\$ 104.790,00 (CENTO E QUATRO MIL, SETECENTOS E NOVENTA REAIS), será conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excesso de arrecadação:

- a) - Recursos de convênio Federal PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola – Escola de Campo R\$12.000,00;
- b) - Recursos de convênio Federal PNAE – Programa nacional de Alimentação Escolar – Mais Educação R\$ 14.440,00;
- c) Recursos de convênio Federal MINISTÉRIO DA SAÚDE – Equipamentos para o Posto de Saúde Centro R\$ 78.350,00.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 09 de agosto de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 084 e 085, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 09 de agosto de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(085)

LEI Nº 2.912, DE 09 DE AGOSTO DE 2011

Dá nova redação ao Artigo 3º, Item V, caput e letra “a” e acresce a letra “e”, na Lei Complementar nº 114 de 23 de novembro de 2010.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - O item V, caput e letra “a”, do Artigo 3º, da Lei Complementar nº 114 de 23 de novembro de 2010, passam vigorar com a seguinte redação:

“Item V – Os lotes terão área mínima de 200m² (duzentos metros quadrados e frente mínima de 8,00m (oito metros).”

- a) No caso de implantação de loteamento popular os lotes terão área mínima de 160 m² (cento e sessenta metros quadrados e frente mínimo de 7,00m (sete metros).
- e) Especificamente para loteamentos e construção de casas populares pelo sistema CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo poderão ser implantados lotes com frente mínima de 5,00 metros e área de 125,00 metros quadrados.”

ARTIGO 2º - Os demais dispositivos da Lei Complementar nº 114/10, permanecerão inalterados.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 09 de agosto de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 086, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 09 de agosto de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.914, DE 09 DE AGOSTO DE 2011
(Autor: Antônio Rinaldo Martins – Vereador)

Dispõe sobre denominação de Via Pública.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art.1º Fica denominado de **Rua ELIAS SILVEIRA LEITE**, a Rua nº 10 localizada no Residencial Domingos Germano Castanho, no Município de Laranjal Paulista.

Art.2º Da placa denominativa constará o nome de **Rua ELIAS SILVEIRA LEITE**.

Art.3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento municipal vigente.

Art.4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 09 de agosto de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 088, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 09 de agosto de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(088)

LEI Nº 2.915, DE 09 DE AGOSTO DE 2011
(Autor: Nilso Ventris – Vereador)

Dispõe sobre denominação de Via Pública.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art.1º Fica denominado de **RUA ANIZIO BERTI JUNIOR**, a Rua nº 3 localizada no Bairro Jardim Elite II, no Município de Laranjal Paulista.

Art.2º Da placa denominativa constará o nome de **RUA ANIZIO BERTI JUNIOR**.

Art.3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento municipal vigente.

Art.4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 09 de agosto de 2.011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 089, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 09 de agosto de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(089)

LEI Nº 2.916, DE 09 DE AGOSTO DE 2011
(Autor: Marcelo Alessandro Conto – Vereador)

Dispõe sobre denominação de via pública.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art.1º- Fica denominado de **Rua ACHIROPITA RUFFO**, a Rua nº 3 localizada no Residencial Maristela, no Município de Laranjal Paulista.

Art.2º- Da placa denominativa constará o nome de **Rua ACHIROPITA RUFFO**.

Art.3º- As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento municipal vigente.

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 09 de agosto de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 090, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 09 de agosto de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(090)

LEI Nº 2.917, DE 09 DE AGOSTO DE 2011
(Autor: Vicente Di Santi Filho – Vereador)

“Institui o Dia Municipal da Família na Escola, a ser comemorado anualmente no dia 15 de maio, devendo ser incluído no calendário oficial de eventos do município e dá outras providências”.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Municipal da Família na Escola a ser comemorado anualmente no dia 15 de maio.

Parágrafo Único: O Dia Municipal da Família na Escola será incluído no calendário oficial de eventos do Município de Laranjal Paulista.

Art. 2º - O Dia Municipal da Família na Escola tem por objetivo contribuir para a interação entre Pais, Filhos e Educadores, através de procedimentos informativos, educativos e organizados, chamando a atenção da comunidade para a importância da Escola e do Estudo para a sociedade.

Art. 3º – Todas as instituições escolares serão convidadas a participar da definição dos procedimentos informativos, educativos e organizativos relativo ao dia.

Art. 4º – O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua publicação, expedindo normas para sua execução.

Art. 5º – As despesas decorrentes com a presente lei correrão por conta de dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 09 de agosto de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 091, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 09 de agosto de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(091)

LEI Nº 2.918, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

Dispõe sobre abertura de Créditos Adicionais Suplementares no Orçamento de 2011 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, créditos adicionais SUPLEMENTAR no valor de R\$ 3.545.000,00 (Três Milhões, Quinhentos e Quarenta e Cinco Mil Reais) com alterações no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

01 – SECRETARIA DE GOVERNO

041220002.2.003 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO TRAFEGO URBANO

3.1.90.11.00 19 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ...	R\$ 50.000,00
3.1.90.13.00 20 – Obrigações Patronais	R\$ 5.000,00
3.3.90.36.00 23 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	R\$ 10.000,00
3.3.90.39.00 2441 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica ..	R\$ 15.000,00

061810002.2.004 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL

3.1.90.11.00 27 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ..	R\$ 100.000,00
3.1.90.13.00 28 – Obrigações Patronais	R\$ 20.000,00
3.1.90.16.00 29 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00 32 – Material de Consumo	R\$ 35.000,00

02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

041230003.2.005 – MANUTENÇÃO DO SETORES ADM. E FINANCEIRO

3.1.90.11.00 39 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 100.000,00
3.1.90.13.00 40 – Obrigações Patronais	R\$ 30.000,00
3.1.90.16.00 41 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 20.000,00
3.3.90.39.00 45 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 100.000,00

041230003.2.006 – MANUTENÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

3.3.90.36.00 53 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	R\$ 10.000,00
--	---------------

3.3.90.39.00 54 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM FINANÇAS – ENCARGOS GERAIS

288460004.0.002 – PRECATÓRIOS JUDICIAIS

3.3.90.91.00 57 – Sentenças Judiciais R\$ 22.000,00

288460004.0.003 – CONTRIBUIÇÃO AO PASEP E AUTÔNOMOS

3.3.90.47.00 59 – Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 150.000,00

288460004.0.004 – PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.01.00 60 – Aposentadoria e Reformas R\$ 15.000,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MDE

123610005.2.007 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.94.00 68 – Indenizações Trabalhistas R\$ 10.000,00

3.3.90.30.00 69 – Material de Consumo R\$ 10.000,00

3.3.90.39.00 74 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 300.000,00

3.3.90.39.00 76 F5 Exc – Outros Serviços de Terceiros Pessoa

Jurídica R\$ 200.000,00

123650005.2.008 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CRECHE

3.3.90.39.00 87 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00

123650005.2.009 – MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA PRÉ-ESCOLA

3.1.90.11.00 90 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 10.000,00

3.1.90.13.00 91 – Obrigações Patronais R\$ 5.000,00

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MERENDA ESCOLAR

082430006.2.010 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

3.3.90.30.00 099 – Material de Consumo R\$ 100.000,00

05.02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUC. ENS. MÉDIO SUP. PROFISSIONAL

123640008.2.013 – AUXÍLIO FINANCEIRO ENSINO SUPERIOR

3.3.90.48.00 115 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física R\$ 160.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

133920009.2.014 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CULTURA

3.3.90.39.00 123 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 115.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

103010010.2.016 – MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDICA E AMBULATORIAL

3.1.90.11.00 134 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 30.000,00

3.1.90.13.00 135 – Obrigações Patronais R\$ 10.000,00

3.1.90.94.00 137 – Indenizações Trabalhista R\$ 5.000,00

3.3.90.30.00 145 F5 Sup – Material de Consumo R\$ 40.000,00

3.3.90.32.00 147 F5 Sup – Material de Distribuição Gratuita R\$ 75.000,00

3.3.90.32.00 147 F5 Exc – Material de Distribuição Gratuita R\$ 30.000,00

3.3.90.36.00 148 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física R\$ 50.000,00

103040010.2.017 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3.1.90.11.00 159 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 75.000,00

3.1.90.13.00 160 – Obrigações Patronais R\$ 25.000,00

08 – SECRETARIA MUNICIP. DE PROMOÇÃO SOCIAL E DESENV. HABITACIONAL

082430011.2.022 – Manutenção do FMDCA

3.3.90.39.00 123 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

082440011.1.051 – CONSTRUÇÃO DOS CRAS – Centro de Referência da Ass. Social

4.4.90.51.00 2447 – Obras e Instalações R\$ 33.000,00

08.244.0011.2.023 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

3.3.90.30.00 203 – Material de Consumo R\$ 10.000,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

154520013.2.026 – MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

3.1.90.16.00 233 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil..... R\$ 10.000,00

3.3.90.39.00 239 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 200.000,00

154520013.1.052 – Reforma e Ampliação de Prédios Públicos

4.4.90.51.00 2451 – Obras e Instalações R\$ 50.000,00

267820013.2.027 – MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS

3.1.90.11.00 242 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 10.000,00

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO

206010014.2.028 – MANUTENÇÃO PRODUÇÃO AGRICOLA

3.1.90.11.00 252 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 60.000,00

3.1.90.13.00 253 – Obrigações Patronais R\$ 20.000,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FUNDEB

123610015.2.029 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB

3.1.90.11.00 264 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 600.000,00

3.1.90.13.00 267 – Obrigações Patronais R\$ 170.000,00

123650015.2.030 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL – FUNDEB

3.1.90.11.00 278 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal CivilR\$ 200.000,00

3.1.90.13.00 279 – Obrigações Patronais R\$ 85.000,00

3.3.90.30.00 282 – Material de Consumo R\$ 10.000,00

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

278120016.2.032 – MANUTENÇÃO DO SETOR DE ESPORTE E LAZER

3.3.90.39.00 300 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00

14 – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GESTÃO

041210017.2.033 – MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO E GESTÃO

3.1.90.11.00 2315 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ... R\$ 30.000,00

3.1.90.13.00 2316 – Obrigações PatronaisR\$ 35.000,00

3.3.90.39.00 2321 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 3.545.000,00

Art. 2º. – A cobertura dos créditos adicionais SUPLEMENTARES abertos no artigo anterior, no valor de R\$ 3.545.000,00 (Três Milhões, Quinhentos e Quarenta e Cinco Mil Reais), será proveniente conforme disposto na Lei Federal nº 4.320/64:

a) art. 43 parágrafo 1º e inciso I - Piso de Atenção Básica – PAB R\$ 40.000,00;

- b) art. 43 parágrafo 1º e inciso I – Assist. Farmaceutica Básica - AFB R\$ 75.000,00;
- c) art. 43 parágrafo 1º e inciso II – Assist. Farmaceutica Básica - AFB R\$ 30.000,00;
- d) art. 43 parágrafo 1º e inciso II – Cota Salário Educação - QESE R\$ 200.000,00;
- e) art. 43 parágrafo 1º e inciso II – Recursos do FUNDEB - R\$ 424.000,00;
- f) art. 43 parágrafo 1º e inciso II – Recursos do Tesouro - R\$ 1.599.100,00, conforme anexo I e II e
- g) art. 43 parágrafo 1º e inciso III – Anulação total ou parcial de dotações no valor de R\$ 1.176.900,00, conforme abaixo:

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

061810002.2.004 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL

3.3.90.36.00 33 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa-Física R\$ 45.000,00

4.4.70.41.00 35 – Contribuições R\$ 35.000,00

02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

041230003.2.006 – MANUTENÇÃO DO NEGÓCIOS JURIDICOS

3.1.90.11.00 48 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 10.000,00

3.1.90.13.00 49 – Obrigações Patronais R\$ 20.000,00

3.3.90.30.00 52 – Material de Consumo R\$ 5.000,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM FINANÇAS – ENCARGOS GERAIS

288460004.0.004 – PAGAMENTO A INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.03.00 61 – Pensões R\$ 15.000,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MDE

123610005.2.007 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.16.00 67 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R\$ 10.000,00

123650005.2.008 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CRECHE

3.1.90.11.00 81 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 200.000,00

3.1.90.13.00 82 – Obrigações Patronais R\$ 60.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUC. ENS MÉDIO SUPERIOR PROFISSIONAL

123620007.2.011 – MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO

3.1.90.11.00 106 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ... R\$ 5.000,00

3.1.90.13.00 107 – Obrigações Patronais R\$ 3.000,00

3.3.90.39.00 112 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa-Jurídica R\$ 8.000,00

123630008.2.012 – AUXÍLIO FINANCEIRO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

3.3.90.48.00 114 – Outros Auxílios Financ. a Pessoa Física R\$ 15.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

236950009.2.015 – MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS TURISTICOS

3.1.90.11.00 126 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 5.000,00

3.1.90.13.00 127 – Obrigações Patronais R\$ 3.000,00

3.1.90.16.00 2424 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R\$ 1.000,00

3.3.90.30.00 129 – Material de Consumo R\$ 1.000,00

3.3.90.36.00 130 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa-Física R\$ 3.000,00

4.4.90.52.00 132 – Equipamento e Material Permanente R\$ 900,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

103010010.2.016 – MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDICA E AMBULATORIAL

3.3.50.41.00 138 – Contribuições R\$ 40.000,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E DESEN HABITACIONAL

08.244.0011.2.023 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

3.1.90.11.00 197 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 80.000,00

3.1.90.13.00 198 – Obrigações Patronais R\$ 20.000,00

3.3.90.36.00 208 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa-Física R\$ 30.000,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

154520013.2.026 – MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

3.1.90.11.00 231 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R\$ 45.000,00

3.1.90.13.00 232 – Obrigações Patronais R\$ 10.000,00

3.1.90.94.00 234 – Indenizações Trabalhistas R\$ 10.000,00

154520013.1.053 – Construção do Terminal de Onibus 7 de Setembro
4.4.90.51.00 2452 – Obras e Instalações R\$ 50.000,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FUNDEB

123610015.1.037 – CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO ESPORTIVO VILA ZALLA
4.4.90.51.00 262 – Obras e Instalações R\$ 50.000,00

123610015.2.029 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB

3.1.90.16.00 268 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R\$ 70.000,00
3.1.90.96.00 270 – Ressarcimento desp. Pessoal Requisitado R\$ 100.000,00
3.1.90.96.00 271 – Ressarcimento desp. Pessoal Requisitado R\$ 15.000,00
4.4.90.52.00 276 – Equipamento e Material Permanente R\$ 20.000,00

123650015.1.022 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CRECHE - FUNDEB

4.4.90.51.00 2254 – Obras e Instalações R\$ 100.000,00

123650015.2.030 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL – FUNDEB

4.4.90.52.00 286 – Equipamento e Material Permanente R\$ 30.000,00

123660015.2.031 – MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – FUNDEB

3.1.90.11.00 287 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 16.000,00
3.1.90.13.00 288 – Obrigações Patronais R\$ 6.000,00
3.1.90.16.00 289 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00 290 – Material de Consumo R\$ 10.000,00
3.3.90.39.00 292 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa-JurídicaR\$ 6.000,00

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

185410018.2.035 – CONTROLE AMBIENTAL

3.1.90.11.00 2425 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ... R\$ 5.000,00
3.1.90.13.00 2426 – Obrigações Patronais R\$ 8.000,00
3.1.90.16.00 2427 – Outras Despesas Variaveis Pessoal Cívil R\$ 1.000,00
3.1.90.94.00 2428 – Indenizações Trabalhistas R\$ 2.000,00
3.3.90.36.00 2430 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa-Física R\$ 5.000,00

4.4.90.52.00 2432 – Equipamento e Material Permanente R\$ 2.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES R\$ 1.176.900,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 23 de agosto de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 092 a 099, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 23 de agosto de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(08)

(099)

LEI Nº 2.919, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio e ou/Contrato com a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Para a implantação de programa de construção de casas populares destinadas à população de baixa renda deste Município, com a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU, fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer Convênio e/ou Contrato com a referida Entidade do qual constarão entre outras, as seguintes Cláusulas, fixando-se com responsabilidade e expensas do Município.

- I – Executar toda infra-estrutura básica necessária ao empreendimento, tais como: redes de abastecimento de água, rede de coleta e distribuição e tratamento de esgoto e energia elétrica, por seu próprio intermédio ou das respectivas empresas concessionárias de serviço público, conforme definidos nos respectivos pareceres de viabilidade técnica, bem como colocação de guias e sarjetas e manutenção das vias públicas do referido conjunto e apresentar o termo de compromisso geral referente à execução dos projetos e redes, anteriormente ou concomitantemente às obras de edificação do núcleo residencial em prazo compatíveis, para evitar eventuais atrasos na comercialização das unidades habitacionais;
- II – A elaboração do projeto e execução das obras de drenagem necessárias a implantação do conjunto;
- III – As obras de terraplanagem, inclusive locação de ruas, quadras e lotes quanto das modalidades de **Cesta de Materiais de Construção/Habiteto – CMC, Auto Construção – AC e Administração Direta – AD;**
- IV – Quando se tratar de convênio para o Pró-Lar Lotes Próprios, apresentar à CDHU, declaração atestando que os lotes são dotados de toda infra estrutura básica necessária constante no item I;

V - Que todas as despesas decorrentes de: certidões, emolumentos, taxas, aprovação de plantas do loteamento e das construções, solicitação de “Habite-se”, com referência à área de terreno e do respectivo núcleo habitacional e todos os impostos e taxas incidentes sobre terreno e/ou construções, quando ainda de propriedade da CDHU, seja de exclusiva responsabilidade e ônus da Prefeitura e/ou isenta de pagamento.

ARTIGO 2º - Ficam isentos de tributos municipais os bens imóveis, móveis e os serviços integrantes do empreendimento que a **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU**, implantar neste **Município**, até a comercialização do referido Conjunto Habitacional, devendo após a Municipalidade lançar os referidos impostos em face dos mutuários beneficiados.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 23 de agosto de 2.011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 100 e 101, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 23 de agosto de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(101)

LEI Nº 2.920, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

Dispõe sobre autorização para celebração de convênio junto ao DER.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER), objetivando a execução das obras e serviços de pavimentação, na estrada municipal LRP-040, denominada Estrada Municipal “JOÃO BORDIGNON, que liga o Bairro São Roque e adjacências ao Bairro Morro Alto, na Estrada Vicinal “JOÃO HERMANO PESSIN”, com uma extensão de aproximadamente 2,5 km.

ART. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as despesas decorrentes de sua participação na avença, a saber:

- I – Liberar, mediante solicitação do DER, as áreas necessárias às obras e serviços, de modo que não ocorram retardamentos na sua execução, bem como implantar a sinalização e fiscalização adequadas ao tráfego, tudo às suas expensas.
- II – Promover, mediante solicitação do DER e às suas expensas, a remoção de linhas aéreas e/ou subterrâneas existentes que impeçam ou dificultem a execução das obras e serviços.
- III – Responder pelos danos causados a terceiros e a propriedade alheia decorrentes da execução das obras e serviços, salvo se tais danos advierem de atuação dolosa ou culposa do executor.
- IV – Declarar de utilidade pública as áreas necessárias, desapropriando-as amigavelmente ou, na impossibilidade, emitindo-se liminarmente na posse, mediante a autorização judicial, em ação própria.
- V – Construir passagens de gado, onde forem necessárias e remover benfeitorias existentes ao longo do trecho.
- VI – Restabelecer e/ou construir as cercas divisórias, bem como colocar as porteiras necessárias.
- VII – executar os serviços de plantio de grama nos aterros e nos taludes e demais áreas necessárias à proteção de erosão

VIII – Implantar a sinalização e fiscalização adequadas ao tráfego, no trecho objeto deste convênio e necessárias à execução das obras de sua responsabilidade, tudo as suas expensas.

IX – Garantir a afixação de placas indicativas da participação do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem, em lugares visíveis nos locais de execução dos projetos, observada a legislação incidente.

X – Receber do DER, mediante ofício e recebimento definitivo, as obras e serviços objeto deste convênio, tão logo, concluídos, passando a conservar a estrada como parte da malha viária municipal, sem ônus para o DER.

ART. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 23 de agosto de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 102 e 103, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 23 de agosto de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(103)

LEI Nº 2.921, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2011 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, crédito adicionais ESPECIAIS no valor de R\$106.000,00 (CENTO E SEIS MIL REAIS) com inclusão no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, com a criação das seguintes dotações orçamentárias:

ABERTURA DE CREDITOS ESPECIAIS

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0013.1.057 – ELABORAÇÃO DE PROJETO CASAS POPULARES - CDHU

4.4.90.51.00 00 – OBRAS E INSTALAÇÕES R\$ 40.000,00

Fonte 02 – TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS ESTADUAIS VINCULADOS

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0010.1.043 – CONSTRUÇÃO DE UBS BAIRRO DA PONTE

4.4.90.51.00 00 – OBRAS E INSTALAÇÕES..... R\$ 66.000,00

Fonte 01 – TESOURO

Art. 2º. – A cobertura dos créditos adicionais ESPECIAIS abertos no artigo anterior, no valor R\$ 106.000,00 (CENTO E SEIS MIL REAIS), será da conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excesso de arrecadação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 27 de setembro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR

Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 104, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 27 de setembro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.922, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2011 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, créditos adicionais SUPLEMENTARES no valor de R\$ 418.962,47 (quatrocentos e dezoito mil, novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e sete centavos), com inclusão no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MDE

12.365.0005.1.021 – Construção de Creches – FNDE/PROINFÂNCIA

4.4.90.51.00.00 2545 – Obras e Instalações R\$ 228.962,47

Fonte 05 – Transferências e Convênios Federais

4.4.90.51.00.00 2546 – Obras e Instalações R\$ 3.000,00

Fonte 01 – Tesouro

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0010.2.016 – Manutenção da Assistência Médica e Ambulatorial

3.3.90.39.00.00 151 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica R\$ 117.000,00

Fonte 01 – Tesouro

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15452090013.1.004 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública

4.4.90.51.00.000 229 – Obras e Instalações R\$ 20.000,00

Fonte 01 – Tesouro

15.452.0013.1052 – Reforma e Ampliação de Prédios Públicos

4.4.90.51.00.000 2451 – Obras e Instalações R\$ 50.000,00

Fonte 01 – Tesouro

TOTAL A SUPLEMENTAR R\$ 418.962,47

Art. 2º. – A cobertura dos créditos adicionais SUPLEMENTARES abertos no artigo anterior, no valor R\$ 418.962,47 (quatrocentos e dezoito mil, novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e sete centavos), será conforme abaixo:

- a) - Recursos de convênio Federal FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - Programa Pró-Infância no valor de R\$ 228.962,47, conforme inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excesso de arrecadação;
- b) - Recursos Próprios Tesouro R\$ 190.000,00, conforme inciso III, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64 anulação parcial de dotação das seguintes dotações:

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15452090013.1.010 – Construção e Revitalização de Praças, Jardins e Parques

4.4.90.51.00.000 2449 – Obras e Instalações R\$ 20.000,00

Fonte 01 – Tesouro

15.452.0013.1.049 – Recape de Vias Públicas

4.490.51.00.000 2437 – Obras e Instalações R\$ 120.000,00

15.452.0013.1053 – Construção de Terminal de ônibus 7 de Setembro

4.4.90.51.00.000 2452 – Obras e Instalações R\$ 50.000,00

Fonte 01 – Tesouro

TOTAL A ANULAR R\$ 190.000,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 27 de setembro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 105 e 106, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 27 de setembro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.923, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011
(Autoria: Vereador Nilso Ventris)

Dispõe sobre denominação de Via Pública.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art.1º- Fica denominado de **Rua DÉCIO DESSOTTI**, a Rua nº 2 localizada no Residencial Maristela, no Município de Laranjal Paulista.

Art.2º- Da placa denominativa constará o nome de **Rua DÉCIO DESSOTTI**.

Art.3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento municipal vigente.

Art.4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 27 de setembro de 2.011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 107, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 27 de setembro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(107)

LEI Nº 2.925, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre concessão de isenção do pagamento da Contribuição de Melhoria e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a isentar a ASSOCIAÇÃO UNIÃO BENEFICENTE DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO DE GYSEGEM “Núcleo de Formação e Promoção São Vicente de Paulo”, com sede à Rua São Vicente de Paulo, 292, inscrita no CNPJ/MF nº 61.000.683/0008-48, do pagamento da Contribuição de Melhoria de aproximadamente 800,00m² (Oitocentos metros quadrados) à pavimentação asfáltica e 200,00 metros (Duzentos metros) lineares de guias e sarjetas construídas em frente ao imóvel de sua propriedade localizada à Rua Lázaro Pires de Melo, nesta cidade.

ARTIGO 2º - Fica fazendo parte permanente desta lei, o croqui da via pública, onde foi realizada a benfeitoria descrita no artigo anterior.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei serão cobertas com os recursos próprios consignados no orçamento municipal vigente, suplementados oportunamente se for necessário.

ARTIGO 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 14 de outubro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 109, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 14 de outubro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.926, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011
(Autor: Vereador Antônio Rinaldo Martins)

Dispõe sobre denominação de Via Pública.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica denominado de **Rua JOÃO ARRUDA AMARAL** a Travessa da Rua Cinco de Julho, localizada no Bairro São Roque, no Município de Laranjal Paulista.

Art. 2º- Da placa denominativa constará o nome de **Rua JOÃO ARRUDA AMARAL**.

Art. 3º- As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 14 de outubro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 110, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 14 de outubro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(110)

LEI Nº 2.927, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011

Altera os Anexos I, II e III, da Lei Nº 2.713, de 25 de Agosto de 2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Laranjal Paulista para o quadriênio 2010 a 2013 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Os valores do Anexo I – Planejamento Orçamentário – PPA – Fonte de Financiamento dos Programas Governamentais, da Lei nº 2.713, de 25 de agosto de 2009, ficam alterados pelo Anexo I, desta Lei.

Art. 2º - Ficam alterados, na forma especificada das fontes de recursos do Anexo I, os Programas Governamentais constantes dos Anexos II e III do Plano Plurianual do Município de Laranjal Paulista 2010/2013.

Parágrafo Único – Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir modificações nos Anexos I, II e III, para melhor adequação dos programas, sempre que:

I – Os indicadores, as metas, os objetivos, os programas, as ações e os valores para o período abrangido, sofrerem alterações;

Art. 3º - Os valores de transferência de Convênios Federais e Estaduais consignados no orçamento de 2011 correrão a conta deste Plano Plurianual, podendo ser reabertos pelos seus saldos no exercício de 2011, inclusive sua contrapartida.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir do exercício financeiro de 2012.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 25 de outubro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 111, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 25 de outubro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA - SP									
ANEXO I - 2010/2013									
Especificação	Receitas Previstas								Total
	2010		2011		2012		2013		
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta	
1.1.0.0.00.00									
Receita Tributária	7.116.753,37		7.400.000,00		8.425.000,00		8.700.000,00		24.525.000,00
1.2.0.0.00.00									
Receitas Contribuições			0,00		0,00		0,00		0,00
1.3.0.0.00.00									
Receita Patrimonial	252.656,86		210.000,00		255.000,00		300.000,00		765.000,00
1.4.0.0.00.00									
Receita Agropecuária	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
1.5.0.0.00.00									
Receita Industrial	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
1.6.0.0.00.00									
Receita de Serviços	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
1.7.0.0.00.00									
Transf. Correntes	39.933.655,49		43.011.600,00		53.280.000,00		58.800.000,00		155.091.600,00
1.9.0.0.00.00									
Outras Rec. Correntes	1.078.490,41		898.400,00		1.150.000,00		1.300.000,00		3.348.400,00
Total Rec. Correntes	48.381.556,13		51.520.000,00		63.110.000,00		69.100.000,00		183.730.000,00
2.1.0.0.00.00									
Operações de Crédito			0,00		0,00		0,00		0,00
2.2.0.0.00.00									
Alienação de Bens			0,00		0,00		0,00		0,00
2.3.0.0.00.00									
Amortiz. de Empréstimo			0,00		0,00		0,00		0,00
2.4.0.0.00.00									
Transf. de Capital	1.368.440,32		0,00		0,00		0,00		0,00
2.5.0.0.00.00									
Outras Rec. Capital			0,00		0,00		0,00		0,00
Total Receita Capital	1.368.440,32		0,00		0,00		0,00		0,00
9.0.0.0.00.00									
Dedução das Receitas	-5.127.144,91		-5.655.000,00		-6.940.000,00		-7.680.000,00		-20.275.000,00
Total da Receitas	44.622.851,54		45.865.000,00		56.170.000,00		61.420.000,00		163.455.000,00
	Heitor Camarin Junior					Alexandre Luiz Carli			
	Prefeito Municipal					CRC 1SP093295/0-5			

LEI Nº 2.928, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011

Altera os Anexos V e VI e os Demonstrativos I, III e IX, das Metas e Riscos Fiscais, da Lei Nº 2.907 de 12 de Julho de 2011, que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alterados, na forma especificada, os Programas Governamentais constantes do Anexo V e VI e os Demonstrativos I, III e IX das Metas e Riscos Fiscais constantes da Lei nº 2.907 de 12 de julho de 2011.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir modificações nos Anexos V e VI desta Lei, objetivando o realinhamento dos programas, sempre que:

I – Os indicadores, as metas, os objetivos, os programas, as ações e os valores para o período abrangido, sofrerem alterações;

Art. 3º - Os valores de transferência de Convênios Federais e Estaduais consignados no orçamento de 2011 poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício de 2012, inclusive sua contrapartida.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir do exercício financeiro de 2012.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 25 de outubro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 112, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 25 de outubro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

**LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2012**

**Demonstrativo IX - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
(LRF, art. 4o, parágrafo 3o)**

MUNICÍPIO: LARANJAL PAULISTA		EXERCÍCIO: 2012
RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS
Descrição	Valor	Descrição
Precatórios	319.319,88	EXISTE DOTAÇÃO E.C. 62/09 P/ PARCELAMENTO
Dívidas por Contrato INSS	1.235.223,67	EXISTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA P/ PARCELAMENTO
Para outros eventos	560.000,00	Reserva de Contigência
TOTAL	2.114.543,55	TOTAL

FONTE: Balanço Patrimonial do Exercício de 2010.

Heitor Camarin Junior
Prefeito Municipal

Alexandre Luiz Carli
CRC 1SP093295/0-5

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012

Demonstrativo III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

(LRF, art. 4º, parágrafo 2º, Inciso II)

MUNICÍPIO:	LARANJAL PAULISTA		EXERCÍCIO:		2012				
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES								
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Receita Total	44.500.000,00	#REF!	#REF!	45.865.000,00	#REF!	56.170.000,00	22,47	61.420.000,00	9,35
Receitas Primárias (I)	44.139.200,00	#REF!	#REF!	45.657.200,00	#REF!	55.915.000,00	22,47	61.120.000,00	9,31
Despesa Total	44.500.000,00	#REF!	#REF!	45.865.000,00	#REF!	56.170.000,00	22,47	61.420.000,00	9,35
Despesas Primárias (II)	44.175.000,00	41.090.000,00	-6,98	45.335.000,00	10,33	55.767.000,00	23,01	61.237.680,12	9,81
Resultado Primário (III) = (I-II)	-35.800,00	#REF!	#REF!	322.200,00	#REF!	148.000,00	-54,07	-117.680,12	0,00
Resultado Nominal	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES								
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Receita Total	41.784.037,56	#REF!	#REF!	45.865.000,00	#REF!	52.741.784,04	14,99	56.245.421,25	6,64
Receitas Primárias (I)	41.445.258,22	#REF!	#REF!	45.657.200,00	#REF!	52.502.347,42	14,99	55.970.695,97	6,61
Despesa Total	41.784.037,56	#REF!	#REF!	45.865.000,00	#REF!	52.741.784,04	14,99	56.245.421,25	6,64
Despesas Primárias (II)	41.478.873,24	38.582.159,62	-6,98	45.335.000,00	17,50	52.363.380,28	15,50	56.078.461,65	7,09
Resultado Primário (III) = (I-II)	-425.595,40	#REF!	#REF!	322.200,00	#REF!	138.967,14	-56,87	-107.765,68	-177,55
Resultado Nominal	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Dívida Consolidada	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0

Líquida									
----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Índices de Inflação - Metas

2012	2013	2014
6,5	4,5	4,5

2009	VALOR CORRENTE X	-6,103	=
2010	VALOR CORRENTE X	#REF!	=
2011	VALOR CORRENTE	0	=
2012	VALOR CORRENTE /	1,065	=
2013	VALOR CORRENTE /	1,092	=
2014	VALOR CORRENTE /	1,141	=

Heitor Camarin Junior Alexandre Luiz Carli
Prefeito Municipal CRC 1SP093295/0-5

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012

DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS (LRF, art. 4o, parágrafo 1º)

MUNICÍPIO:	LARANJAL PAULISTA					
ESPECIFICAÇÃO	2012			2013		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a/PIB)	Corrente	Constante	(b/PIB)
	(a)		X 100	(b)		X 100
Receita Total	56.170.000,00	52.741.784,04	0,004	61.420.000,00	56.245.421,25	0,004
Receitas Primárias (I)	55.915.000,00	52.502.347,42	0,004	61.120.000,00	55.970.695,97	0,004
Despesa Total	56.170.000,00	52.741.784,04	0,004	61.420.000,00	56.245.421,25	0,004
Despesas Primárias (II)	55.767.000,00	52.363.380,28	0,004	61.237.680,12	56.078.461,65	0,004
Resultado Primário (III) = (I-II)	148.000,00	138.967,14	0,000	-117.680,12	-107.765,68	0,000
Resultado Nominal	403.000,00	378.403,76	0,000	182.319,88	166.959,60	0,000
Dívida Pública Consolidada	844.543,55	792.998,64	0,000	662.223,67	606.431,93	0,000
Dívida Consolidada Líquida	844.543,55	792.998,64	0,000	662.223,67	606.431,93	0,000

Taxa Média de Inflação do Período:

Variáveis	2012	2013	2014	PIB Estadual - Última Publicação R\$	
				2012	2013
Meta de Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	6,5	4,5	4,5	Crescimento	4,5
				Total	1.410.750.000,00
					1.460.126.250,00

Índices para Deflação (Valor Constante)

2012:

{1+ (Taxa de Inflação de 2012/100)}

{1+ (6,5 / 100)} = 1.065

2013:

{1+ (Taxa de Inflação de 2012/100)} x {1+ (Taxa de Inflação de

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2012	
Valor Corrente / 2013	1,065
Valor Corrente / 2014	1,092
Valor	1,141

2013/100}}
 $\{1 + (6,5/100)\} \times \{1 + (4,5/100)\} = 1.045 \times 1.045 = \mathbf{1.092}$

Corrente /

2 0 1 4:

Nota: A evolução da receita tem apresentado uma performance bastante positiva, situando-se sempre acima dos índices de inflação e crescimento da economia PIB.

$\{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2012}/100)\} \times \{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2013}/100)\} \times \{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2014}/100)\}$
 $\{1 + (6,5/100)\} \times \{1 + (4,5/100)\} \times \{1 + (4,5/100)\} = 1.045 \times 1.045 \times 1.045 = \mathbf{1.141}$

FONTE (PIB/INFLAÇÃO) em 18.04.11:

www.ibge.gov.br

www.bcb.gov.br

Estoque Dívida 31/12/2010		Prev. Pgto. 2011	A pagar 2012	A pagar 2013
Inss	1.235.223,67	160.000,00	143.000,00	160.000,00
Precatórios	319.319,88	147.000,00	260.000,00	22.319,88
I-DIVÍDA CONSOLIDADA	1.554.543,55	307.000,00	403.000,00	182.319,88
II-DEDUÇÕES	2.070.653,77	307.000,00	403.000,00	182.319,88
Disponibilidade	2.818.575,02	307.000,00	403.000,00	182.319,88
(-) restos a Pagar	- 747.921,25	0,00	0,00	0,00
III=I-II-DIVÍDA CONS. LÍQUIDA	- 516.110,22	0,00	0,00	0,00
VI=III-DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	- 516.110,22	1.247.543,55	844.543,55	662.223,67

Heitor Camarin Junior
 Prefeito Municipal

LEI Nº 2.929, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre a criação e ampliação do número de Emprego Público de Provimento Permanente e o inclui no Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica criado e incluído no Plano de Cargos, Carreiras e Salários, contidos na Lei Complementar nº 085 de 12 de dezembro de 2007, com as alterações previstas na Lei Complementar nº 099 de 02 de abril de 2009, o seguinte Emprego Público de Provimento Permanente:

- **02 (dois) Assistente Social;**
- **Jornada de Trabalho: 35 horas semanais.**

ARTIGO 2º - As atribuições e a escolaridade são as definidas na Lei Complementar nº 085 de 12 de dezembro de 2007.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 25 de outubro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 113, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 25 de outubro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(113)

LEI Nº 2.930, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2011 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, créditos adicionais SUPLEMENTARES no valor de R\$ 1.155.000,00 (hum milhão, cento e cinquenta e cinco mil reais), com alterações no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

01 – SECRETARIA DE GOVERNO

04.122.0002.2.003 – Operação e Manutenção do Tráego Urbano

3.3.90.30.00.00 2440 – Material de Consumo R\$ 20.000,00

Fonte 01 – Tesouro

06.181.0002.2.004 – Manutenção da Guarda Municipal

3.1.90.16.00.00 29 – Outras Desp. Variáveis – Pessoal Civil R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.39.00.00 34 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00

Fonte 01 – Tesouro

02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0003.2.005 – Manutenção do Setores Administrativo e Financeiro

3.3.90.39.00.00 45 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 73.000,00

Fonte 01 – Tesouro

04.123.0003.2.006 – Manutenção dos Negócios Jurídicos

3.1.90.11.00.00 48 – Vencimentos e Vantag. Fixas – Pessoal Civil.. R\$ 15.000,00

Fonte 01 – Tesouro

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MDE

12.361.0005.2.007 – Operação e Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.16.00.00 67 – Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil R\$ 10.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.30.00.00 70 – Material de Consumo R\$ 20.000,00

Fonte 05 – Transferências e Convênios Federais – Vinculado -QESE

3.3.90.39.00.00 76 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica .. R\$ 40.000,00

Fonte 05 – Transferências e Convênios Federais – Vinculado -QESE

12.361.0005.1.020 – Reforma e Ampliação de Escolas

4.4.90.51.00.00 2547 Obras e Instalações R\$ 60.000,00

Fonte 01 – Tesouro

08.243.0006.2.010 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.39.00.00 103 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica .. R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0010.2.016 – Manutenção da Assistência Médica e Ambulatorial

3.1.90.16.00.00 136 – Outras Desp. Variáveis – Pessoal Civil R\$ 1.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.30.00.00 139 – Material de Consumo R\$ 100.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.39.00.00 151 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica ...R\$ 560.000,00

Fonte 01 – Tesouro

10.304.0010.2.017 – Manutenção da Vigilância Sanitária

3.1.90.11.00.00 159 – Vencimentos e Vantag. Fixas – P. Civil..... R\$ 10.000,00

Fonte 01 – Tesouro

08 – SECRETARIA MUNICIPAL FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENV HAB.

08.244.0011.1.051 – Construção do CRAS – Centro de Referência da Ass. Social

4.4.90.51.00.00 2447 – Obras e Instalações R\$ 10.000,00

Fonte 01 – Tesouro

08.244.0011.2.023 – Manutenção da Assistência Social – FMAS

3.3.90.39.00.00 210 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.. R\$ 20.000,00

Fonte 01 – Tesouro

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0013.2.026 – Manutenção, Conservação de Ruas e Avenidas

3.3.90.39.00.00 239 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.. R\$ 20.000,00

Fonte 01 – Tesouro

26.782.0013.2.027 – Manutenção, Conservação de Estradas Rurais

3.3.90.30.00.00 246 – Material de Consumo R\$ 15.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.39.00.00 249 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica . R\$ 20.000,00

Fonte 01 – Tesouro

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FUNDEB

12.361.0015.2.029 – Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb

3.1.90.11.00.00 264 – Vencimentos e Vantag. Fixas – Pes. Civil..... R\$ 80.000,00

Fonte 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

12.365.0015.2.030 – Manutenção do Ensino Infantil - Fundeb

3.1.90.11.00.00 278 – Vencimentos e Vantag. Fixas – Pes. CivilR\$ 10.000,00

Fonte 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

3.1.90.13.00.00 279 – Obrigações Patronais R\$ 7.000,00

Fonte 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE ESPORTE E LAZER

27.812.0016.2.032 – Manutenção do Setor de Esporte e Lazer

3.1.90.11.00.00 294 – Vencimentos e Vantag. Fixas – Pessoal Civil . R\$ 6.000,00

Fonte 01 – Tesouro

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E GESTÃO

04.121.0017.2.033 – Manutenção Da Coordenação e Gestão

3.1.90.11.00.00 2315 – Vencimentos e Vantag. Fixas – Pes.CivilR\$ 20.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.1.90.13.00.00 2316 – Obrigações Patronais R\$ 8.000,00

Fonte 01 – Tesouro

TOTAL A SUPLEMENTAR R\$ 1.155.000,00

Art. 2º. – A cobertura dos créditos adicionais SUPLEMENTARES abertos no artigo anterior, no valor R\$ 1.155.000,00 (hum milhão, cento e cinquenta e cinco mil reais) será conforme abaixo:

- a) - R\$ 400.000,00, (quatrocentos mil reais), conforme inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excesso de arrecadação;
- b) - Recursos Próprios Tesouro R\$ 755.000,00 (setecentos e cinquenta e cinco mil reais), conforme inciso III, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64 anulação parcial das seguintes dotações:

01 – SECRETARIA DE GOVERNO

04.122.0002.2.003 – Operação e Manutenção do Tráfego Urbano

3.1.90.11.00.00 19 – Vencimentos Vantag. Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 10.000,00

Fonte 01 – Tesouro

4.4.90.52.00.00 25 – Equipamento e Material Permanente R\$ 20.000,00

Fonte 01 – Tesouro

06.181.0002.2.004 – Manutenção da Guarda Municipal

3.1.90.11.00.00 27 – Vencimentos Vantag. Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 15.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.1.90.94.00.00 30 – Indenizações Trabalhistas R\$ 10.000,00

Fonte 01 – Tesouro

02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0003.2.005 – Manutenção do Setores Administrativo e Financeiro

3.1.90.11.00.00 39 – Vencimentos Vantag. Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 30.000,00

Fonte 01 – Tesouro

04.123.0003.2.006 – Manutenção dos Negócios Jurídicos

3.1.90.13.00.00 49 – Obrigações Patronais R\$ 3.500,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.36.00.00 53 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Física . R\$ 8.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.39.00.00 54 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$ 3.500,00

Fonte 01 – Tesouro

99.999.0004.0.999 – Reserva de Contingência

9.9.99.99.99.00 62 – Reserva de Contingência..... R\$ 130.000,00

Fonte 01 – Tesouro

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MDE

12.361.0005.2.007 – Operação e Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.13.00.00 66 – Obrigações Patronais R\$ 20.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.1.90.94.00.00 68 – Indenizações Trabalhistas R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.36.00.00 73 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física R\$ 60.000,00

Fonte 05 – Transferências e Convênios Federais – Vinculado -QESE

12.365.0005.2.008 – Operação e Manutenção da Creche

3.1.90.11.00.00 81 – Vencimentos Vantagens Fixas – Pessoal Civil. R\$ 30.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.1.90.13.00.00 82 – Obrigações Patronais R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

12.365.0005.2.009 – Operação e Manutenção da Pré-Escola

3.1.90.11.00.00 90 – Vencimentos Vantagens Fixas – Pes. Civil..... R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.1.90.13.00.00 91 – Obrigações Patronais R\$ 4.000,00

Fonte 01 – Tesouro

08.243.0006.2.010 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.36.00.00 102 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física ... R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

4.4.90.52.00.00 104 – Equipamento e Material Permanente R\$ 3.000,00

Fonte 01 – Tesouro

12.364.0008.2.013 – Auxílio Financeiro Ensino Superior

3.3.90.48.00.00 115 – Outros Auxílios Financ. a Pessoa Física R\$ 30.000,00

Fonte 01 – Tesouro

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0010.2.016 – Manutenção da Assistência Médica e Ambulatorial

3.1.90.11.00.00 134 – Vencimentos Vantagens Fixas – Pes. Civil ..R\$ 60.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.1.90.13.00.00 135 – Obrigações Patronais R\$ 10.000,00

Fonte 01 – Tesouro

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0013.1.010 – Construção, Revitalização de Praças, Jardins e Parques

4.4.90.51.00.00 2449 – Obras e Instalações R\$ 66.000,00

Fonte 01 – Tesouro

15.452.0013.1.049 – Recape de Vias Públicas

4.4.90.51.00.00 2437 – Obras e Instalações R\$ 60.000,00

Fonte 01 – Tesouro

15.452.0013.1.052 – Reforma e Ampliação de Prédios Públicos

4.4.90.51.00.00 2451 – Obras e Instalações R\$ 45.000,00

Fonte 01 – Tesouro

15.452.0013.2.026 – Manutenção, Conservação de Ruas e Avenidas

3.3.90.36.00.00 238 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física .. R\$ 20.000,00

Fonte 01 – Tesouro

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FUNDEB

12.361.0015.2.029 – Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb

3.3.90.39.00.00 274 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica .R\$ 80.000,00

Fonte 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

12.365.0015.1.022 – Reforma e Ampliação de Creche – Fundeb

4.4.90.51.00.00 2254 – Obras e Instalações R\$ 17.000,00

Fonte 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

TOTAL A ANULAR R\$ 755.000,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 25 de outubro de 2.011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR

Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 114 a 120, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 25 de outubro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(07)

(120)

LEI Nº 2.931, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011
(Autor: Vereador Vicente Di Santi Filho)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de receptáculos de pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes usadas, em determinados estabelecimentos comerciais, no âmbito do Município de Laranjal Paulista e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam obrigatórios todos os estabelecimentos que comercializam pilhas, baterias ou equipamentos similares, lâmpadas fluorescentes, compactas ou não, manter um receptáculo em local visível e de fácil acesso, para que os consumidores a depositem, após decorrido o esgotamento energético e/ou queimadas após o uso.

§ 1º - Incluem-se nas exigências previstas no caput deste artigo, os estabelecimentos que compõem as redes de assistência técnica autorizadas pelas respectivas indústrias.

§ 2º - São consideradas para efeitos desta Lei, as pilhas e baterias de tipo:

- a) Zinco-manganês – nos tamanhos palito, pequeno, médio e grande;
- b) Alcalina-manganês - nos tamanhos palito, pequeno, médio e grande;
- c) Níquel – metal – hidreto (**NiMH**) – utilizado por celulares, telefones sem fio, filmadoras e notebooks;
- d) Íon-de-lítio – utilizados em celulares e notebooks;
- e) Zinco-ar – utilizados em aparelhos auditivos
- f) Lítio, tipo botão e miniatura – empregados em equipamentos fotográficos, agendas eletrônicas, calculadoras, filmadoras, relógios, computadores, notebooks, videocassetes e sistemas de segurança e alarme.

Art. 2º - As pilhas, ou equipamentos similares e lâmpadas fluorescentes, compactas ou não, recebidas deverão ser acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, bem como as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos.

Parágrafo único - Após a entrega pelos consumidores, os estabelecimentos comunicarão aos fabricantes ou importadores a lista de produtos recolhidos, para que providenciem a retirada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da correspondência.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

§ 1º - Compete ao Poder Executivo estipular as sanções a serem aplicadas, em caso de descumprimento da presente Lei, através da aplicação de multas, dobrando-as em caso de reincidência.

§ 2º - Considera-se reincidência para os fins da aplicação das sanções, a infração repetida ou continuada, apurada dentro de 30 (trinta) dias, após sua punição definitiva.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 07 de novembro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 121 e 122, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 07 de novembro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(122)

LEI Nº 2.932, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011
(Autor: Vereador José Francisco de Moura Campos)

Institui a Semana Municipal do Trânsito

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído a Semana Municipal do Trânsito, que deverá ser comemorada anualmente, na semana do dia 25 de setembro que é comemorado o Dia Nacional do Trânsito.

Art. 2º. A data de que trata esta lei passa a integrar o calendário oficial do Município.

Art. 3º. A Semana Municipal do Trânsito tem como objetivo principal a realização de campanhas e ações educativas voltadas aos condutores de veículos em geral, demais transeuntes das vias públicas e suas respectivas seguranças, bem como a harmonização e paz no trânsito.

Art. 4º. A Semana Municipal do Trânsito orientará suas ações e atividades com os seguintes princípios e finalidades:

I - melhorar as condições do trânsito através da educação e conscientização da população;

II - realização de simpósios, conferências, palestras, exposições e atividades que chamem a atenção da comunidade quanto à necessidade da segurança no trânsito;

III - conscientizar a comunidade sobre os problemas do tráfego e sobre sua responsabilidade para a melhoria da segurança do sistema;

IV - promover aulas, peças teatrais e cursos para todas as faixas etárias que transmitam uma reflexão sobre ética e cidadania no trânsito;

V - orientar a comunidade escolar, fornecendo-lhe conhecimentos básicos sobre sinalização, circulação de veículos e movimentação de pedestres;

VI - conscientizar os adolescentes para a necessidade de práticas e ações corretas que proporcionem segurança no trânsito para que se tornem multiplicadores da educação e segurança no trânsito;

VII - estabelecer campanhas esclarecendo condutas a serem seguidas nos primeiros socorros em caso de acidente de trânsito;

VIII - debater a segurança e o respeito à vida no transporte sobre rodas.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 07 de novembro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 123 e 124, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 07 de novembro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(124)

LEI Nº 2.933, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011
(Autoria: Vereador José Francisco de Moura Campos)

Institui o **DIA MUNICIPAL dos**
PORTADORES de DEFICIÊNCIA FÍSICA

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º.- Fica instituído o dia municipal dos portadores de deficiência física, que deverá ser comemorado, anualmente, na semana do dia 08 de outubro.

Art. 2º.- A data de que trata esta lei passa a integrar o calendário oficial do Município.

Art. 3º.- O Dia Municipal do deficiente físico tem como objetivo:

I- Estimular atividades físicas e mentais nas pessoas portadoras de deficiência física;

II- Conscientizar os portadores de deficiência de sua importância, como fonte de aprendizagem aos despreparados e o importante papel na construção de uma sociedade com maior qualidade de vida;

III- Sensibilizar os diversos segmentos da sociedade sobre o papel e a respectiva importância dos portadores de deficiência física;

IV- promover na semana que se comemora o dia do portador de deficiência física, atividades junto às escolas, visando formação educacional voltada ao respeito e a valorização da pessoa com deficiência.

Art. 4º.- VETADO.

Art. 5º.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 07 de novembro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 125, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 07 de novembro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.934, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Poder Legislativo e Executivo do Município de Laranjal Paulista, para o exercício de 2012 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Poder Legislativo e Executivo do Município de LARANJAL PAULISTA, para o exercício Financeiro de 2012, estima a Receita e fixa a Despesas em R\$ 56.170.000,00 (Cinquenta e Seis Milhões, Cento e Setenta Mil Reais), discriminados pelos anexos desta Lei.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, renda e outras receitas correntes e de capital, na forma de Legislação, em vigor e das especificações constantes no anexo nº 02, da Lei nº 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	63.110.000,00
Receita Tributária	8.425.000,00
Receita Patrimonial	255.000,00
Transferências Correntes	53.280.000,00
Outras Receitas Correntes	1.150.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00
Dedução da receita para o FUNDEB	(6.940.000,00)
TOTAL	56.170.000,00

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programas do Trabalho e Natureza de Despesa, que apresenta o seguinte desdobramento:

01 - POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01 - Legislativa	1.460.000,00
04 - Administração	5.287.770,00
06 - Segurança Pública	1.680.000,00
08 - Assistência Social	3.315.230,00
10 - Saúde	12.788.000,00
12 - Educação	19.391.000,00
13 - Cultura	1.435.000,00
15 - Urbanismo	6.553.000,00
18 - Gestão Ambiental	200.000,00
20 - Agricultura	873.000,00
23 - Comércio e Serviços	18.000,00
26 - Transporte	700.000,00

27 – Desporto e Lazer	586.000,00
28 – Encargos Especiais	1.323.000,00
99 – Reserva de Contingência	560.000,00
Total Geral	56.170.000,00

02 – POR SUBFUNÇÕES

031 – Ação Legislativa	1.460.000,00
121 – Planejamento e Orçamento	722.770,00
122 – Administração Geral	490.000,00
123 – Administração Financeira	4.075.000,00
181 – Policiamento	1.680.000,00
241 – Assistência ao Idoso	253.000,00
242 – Assistência ao Portador de Deficiência	122.300,00
243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	1.414.100,00
244 – Assistência Comunitária	1.525.830,00
301 – Atenção Básica	12.226.000,00
304 – Vigilância Sanitária	462.000,00
305 – Vigilância Epidemiológica	100.000,00
361 – Ensino Fundamental	13.457.000,00
362 – Ensino Médio	57.000,00
363 – Ensino Profissional	5.000,00
364 – Ensino Superior	1.100.000,00
365 – Educação Infantil	4.772.000,00
392 – Difusão Cultural	1.435.000,00
452 – Serviços Urbanos	6.553.000,00
541 – Preservação e Conservação Ambiental	200.000,00
601 – Promoção da Produção Vegetal	873.000,00
695 – Turismo	18.000,00
782 – Transporte Rodoviário	700.000,00
812 – Desporto Comunitário	586.000,00
843 – Serviços da Dívida Interna	143.000,00
846 – Outros Encargos Especiais	1.180.000,00
999 – Reserva de Contingência	560.000,00
TOTAL	56.170.000,00

03 – POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Despesas Correntes	51.797.000,00
Despesas de Capital	3.813.000,00
Reserva de Contingência	560.000,00
TOTAL DA DESPESA	56.170.000,00

04 – POR ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Legislativo	
Câmara Municipal	1.460.000,00
Executivo	
Secretaria de Governo - SG	2.170.000,00

Secretaria Mun. de Administração e Finanças - SAF	5.958.000,00
Secretaria Mun. de Educação - SEMDE	7.681.000,00
Secretaria Mun. de Cultura e Turismo - SCT	1.453.000,00
Secretaria Mun. de Saúde - SS	12.788.000,00
Secretaria Mun. Fundo de Assistência Social e Desenvolvimento Habitacional - SPSDH	2.225.230,00
Secretaria Mun. de Serviços Públicos - SSP	6.992.000,00
Secretaria Mun. de Agricultura e Abastecimento - SAA	873.000,00
Secretaria Mun. de Educação - SEFUNDEB	12.800.000,00
Secretaria Mun. de Juventude, Esporte e Lazer - SJEL	586.000,00
Secretaria Mun. de Coordenação e Gestão - SCG	983.770,00
Secretaria Mun. de Meio Ambiente - SMA	200.000,00
Secretaria de Governo - SG	56.170.000,00

Art. 4º - Os valores constantes da presente lei serão compatibilizados com os indicadores, metas, objetivos, programas e ações, objetivando o realinhamento do PPA – Plano Plurianual 2010/2013 e LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2012 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 29 de novembro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
 Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 126 a 128, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 29 de novembro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
 Diretor de Departamento

(03)

(128)

LEI Nº 2.936, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Acrescenta a função de AGENTE SOCIAL, aos Anexos I, II e VII, da Lei Municipal 85/07 de 12 de dezembro de 2007, com as alterações previstas na Lei Complementar nº 099 de 02 de abril de 2009, que dispõe sobre a reorganização da Estrutura Administrativa do Quadro de Pessoal e Salários, das Carreiras, da Avaliação de Desempenho, do Regulamento da Guarda Civil Municipal e Estatuto do Magistério da Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica criado 05 (cinco), Emprego Público de Provimento Efetivo, denominado Agente Social constante no Anexo I, II e VII, da Lei Complementar nº 085 de 12 de dezembro de 2007, com as alterações previstas na Lei Complementar nº 099 de 02 de abril de 2009.

ARTIGO 2º - O valor correspondente aos vencimentos do Agente Social fica incluso no Anexo I – Empregos de Provimento Efetivo, Mantidos, Criados, Transformados e Extintos, fica incluído conforme Tabela abaixo:

ANEXO I EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO MANTIDOS, CRIADOS, TRANSFORMADOS E EXTINTOS

Quantidade	Denominação	Ref.	Função	Carga Horária	Classe
05	Agente Social	D		35 h/sem	4/TA

ARTIGO 3º - O ANEXO II – TABELA “B” – CLASSIFICAÇÃO DA CARREIRA DOS EMPREGOS TÉCNICO/ADMINISTRATIVOS – TA, fica alterado conforme Tabela abaixo:

Classe	Denominação	Quantidade Total	Quantidade Função	Função	Carga Horária
5	Agente Administr. IV	05	05	Agente Social	35 h/sem

ARTIGO 4º - O ANEXO VII – TABELA “B” – REQUISITOS DA CARREIRA DOS EMPREGOS TÉCNICO/ADMINISTRATIVO fica alterado conforme Tabela abaixo:

Experiência					
Classe	Emprego	Função	Formação Escolar	Concurso Público	Processo Seletivo Interno
5	Agente Administr. IV	Agente Social	Ensino Médio Completo		

ARTIGO 5º - A contratação de pessoal dar-se-á através de Concurso Público, em conformidade com o Capítulo II, Seção I, do Anexo X, da Lei Complementar nº 085/07 com as alterações previstas na Lei Complementar nº 099 de 02 de abril de 2009.

ARTIGO 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 29 de novembro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 131 e 132, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 29 de novembro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(132)

LEI Nº 2.937, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre aumento de salário, subsídio, vencimento, provento ou pensão e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido, a partir de 1º de janeiro de 2012, um aumento do salário, subsídio, vencimento, provento e pensão, conforme o caso, calculado na ordem de 7% (sete por cento), aos servidores, funcionários, aposentados e pensionistas e ao Quadro de Servidores do Magistério Municipal, cujo aumento incidirá sobre salário, subsídio, vencimento, provento e/ou pensão a partir do dia 1º do mês de janeiro de 2012.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei serão cobertas com os recursos consignados no orçamento municipal, suplementados oportunamente, se for necessário.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2012.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 29 de novembro de 2011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 133, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 29 de novembro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(133)

LEI Nº 2.938, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LARANJAL PAULISTA - SP.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LARANJAL PAULISTA, objetivando a complementação da prestação ininterrupta dos serviços da rede básica de saúde municipal.

Art. 2º- O convênio tem por objetivo o repasse de recursos municipais a SANTA CASA DE LARANJAL PAULISTA, no importe de até R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais) ao mês.

Art. 3º- O repasse destina-se a execução dos serviços médico-hospitalares na rede municipal de saúde, na forma a ser concretizada e disciplinada pelo Poder Executivo.

Art. 4º- O prazo do convênio é por doze (12) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 5º- A fiscalização do bom atendimento e correta aplicação dos recursos e dos serviços fica a cargo do Executivo e do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 6º- Os serviços e obrigações de cada parte constarão do convênio a ser celebrado pelo Poder Executivo.

Art. 7º - O valor previsto no artigo 2º poderá sofrer acréscimo de até 10% (dez por cento), desde que haja disponibilidade orçamentária.

Art. 8º- As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 9º- Esta Lei entrará em vigor em 01/12/2011, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 29 de novembro de 2.011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 134 e 135, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 29 de novembro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(135)

LEI Nº 2.939, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2011 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2011, créditos adicionais SUPLEMENTARES no valor de R\$1.139.174,00 (um milhão, cento e trinta e nove mil, cento e setenta e quatro reais), com alterações no PPA – Plano Plurianual 2010/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 e Lei Orçamentária vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

ÓRGÃO – 02 PREFEITURA MUNICIPAL

01 – SECRETARIA DE GOVERNO

06.181.0002.2.004 – Manutenção da Guarda Municipal

3.3.90.30.00.00 32 – Material de Consumo R\$ 10.000,00

Fonte 01 – Tesouro

02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0003.2.005 – Manutenção dos Setores Administrativo e Financeiro

3.3.90.39.00.00 45 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 50.000,00

Fonte 01 – Tesouro

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MDE

12.361.0005.2.007 – Operação e Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.39.00.00 74 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica ... R\$ 200.000,00

Fonte 01 – Tesouro

4.4.90.52.00.00 79 – Equipamento e Material Permanente R\$ 41.174,00

Fonte 01 – Tesouro

12.361.0005.1.020 – Reforma e Ampliação de Escolas

4.4.90.51.00.00 2547 Obras e Instalações R\$ 100.000,00

Fonte 01 – Tesouro

12.365.0005.2.008 – Operação e Manutenção da Creche

3.3.90.39.00.00 87 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

12.365.0005.2.009 – Manutenção e Operação da Pré-Escola

3.3.90.39.00.00 96 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 3.000,00

Fonte 01 – Tesouro

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

13.392.0009.2.014 – Operação e Manutenção da Cultura

3.3.90.30.00.00 121 – Material de Consumo R\$ 10.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.39.00.00 123 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0010.2.016 – Manutenção da Assistência Médica e Ambulatorial

3.3.90.30.00.00 139 – Material de Consumo R\$ 50.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.32.00.00 146 – Material de Distribuição Gratuita R\$ 20.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.39.00.00 151 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica ..R\$ 150.000,00

Fonte 01 – Tesouro

**08 – SECRETARIA MUNICIPAL FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENV
HAB.**

08.244.0011.2.023 – Manutenção da Assistência Social – FMAS

3.3.90.30.00.00 203 – Material de Consumo R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.32.00.00 207 – Material de Distribuição Gratuita R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.36.00.00 208 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física R\$ 3.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.39.00.00 210 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..R\$ 10.000,00

Fonte 01 – Tesouro

08.244.0011.2.024 – Manutenção do Fundo Social de Solidariedade

3.3.90.32.00.00 214 – Material de Distribuição Gratuita R\$ 7.000,00

Fonte 01 – Tesouro

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0013.2.026 – Manutenção, Conservação de Ruas e Avenidas

3.1.90.16.00.00 233 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R\$ 10.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.1.90.94.00.00 234 – Indenizações Trabalhistas R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.30.00.00 236 – Material de Consumo R\$ 38.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.39.00.00 239 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..R\$ 88.000,00

Fonte 01 – Tesouro

26.782.0013.2.027 – Manutenção, Conservação de Estradas Rurais

3.3.90.30.00.00 246 – Material de Consumo R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.39.00.00 249 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

20.601.0014.2.028 – Manutenção do Incent. a Prod. Agrícola e Controle Ambiental

3.1.90.11.00.00 252 – Vencimentos e Vantag. Fixas – Pessoal Civil ..R\$ 12.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.1.90.13.00.00 253 – Obrigações Patronais R\$ 18.000,00

Fonte 01 – Tesouro

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FUNDEB

12.361.0015.2.029 – Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb

3.1.90.94.00.00 269 – Indenizações Trabalhistas R\$ 180.000,00

Fonte 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

3.3.90.30.00.00 272 – Material de Consumo R\$ 30.000,00

Fonte 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

12.365.0015.2.030 – Manutenção do Ensino Infantil - Fundeb

3.1.90.94.00.00 281 – Indenizações Trabalhistas R\$ 20.000,00

Fonte 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

3.3.90.30.00.00 282 – Material de Consumo R\$ 5.000,00

Fonte 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

3.3.90.39.00.00 285 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

Fonte 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE ESPORTE E LAZER

27.812.0016.2.032 – Manutenção do Setor de Esporte e Lazer

3.3.90.30.00.00 298 – Material de Consumo R\$ 3.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.39.00.00 300 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$ 15.000,00

Fonte 01 – Tesouro

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E GESTÃO

04.121.0017.2.033 – Manutenção da Coordenação e Gestão

3.1.90.11.00.00 2315 – Vencimentos e Vantag. Fixas – Pessoal Civil.R\$ 18.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.1.90.13.00.00 2316 – Obrigações Patronais R\$ 3.000,00

Fonte 01 – Tesouro

TOTAL A SUPLEMENTAR R\$ 1.139.174,00

Art. 2º. – A cobertura dos créditos adicionais SUPLEMENTARES abertos no artigo anterior, no valor R\$1.139.174,00 (hum milhão, cento e trinta e nove mil, cento e setenta e quatro reais) será conforme abaixo:

a) - R\$ 881.374,00 (oitocentos e oitenta e um mil, trezentos e setenta e quatro reais), conforme inciso II, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excesso de arrecadação;

b) - Recursos Próprios Tesouro R\$257.800,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e oitocentos reais), conforme inciso III, parágrafo 1º art. 43 da Lei Federal 4.320/64 anulação parcial das seguintes dotações:

ORGÃO – 02 – PREFEITURA MUNICIPAL

01 – SECRETARIA DE GOVERNO

06.181.0002.2.004 – Manutenção da Guarda Municipal

3.3.90.36.00.00 33 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$ 15.000,00

Fonte 01 – Tesouro

4.4.90.52.00.00 36 – Equipamento e Material Permanente R\$ 4.000,00

Fonte 01 – Tesouro

02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0003.2.005 – Manutenção do Setores Administrativo e Financeiro

3.3.90.30.00.00 43 – Material de Consumo R\$ 10.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.36.00.00 44 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ... R\$ 8.000,00

Fonte 01 – Tesouro

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - ENCARGOS

28.843.0004.0.001 – Juros e Amortização de Dívida Interna

3.2.90.21.00.00 55 – Juros sobre dívida por contrato R\$ 1.000,00

Fonte 01 – Tesouro

28.846.0004.0.002 – Precatórios Judiciais

3.3.90.91.00.00 57 – Sentenças Judiciais R\$ 3.700,00

4.4.90.91.00.00 58 – Sentenças Judiciais R\$ 3.600,00

28.846.0004.0.004 – Pagamentos de Inativos e Pensionistas

3.1.90.03.00.00 61 – Pensões R\$ 10.000,00

99.999.0004.0.999 – Reserva de Contingência

9.9.99.99.99.00 62 – Reserva de Contingência..... R\$ 7.700,00

Fonte 01 – Tesouro

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MDE

12.361.0005.2.007 – Operação e Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.47.00.00 78 – Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 10.000,00

Fonte 01 – Tesouro

12.365.0005.2.008 – Operação e Manutenção da Creche

3.1.90.11.00.00 81 – Vencimentos Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.1.90.13.00.00 82 – Obrigações Patronais R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.1.90.16.00.00 83 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil..... R\$ 5.000,00

Fonte 01 – Tesouro

12.365.0005.2.009 – Manutenção e Operação da Pré-Escola

4.4.90.52.00.00 098 – Equipamento e Material Permanente R\$ 3.900,00

Fonte 01 – Tesouro

12.362.0007.2.011 – Manutenção do Ensino Médio

3.1.90.16.00.00 108 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R\$ 1.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.1.90.94.00.00 109 – Indenizações Trabalhistas R\$ 1.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.30.00.00 110 – Material de Consumo R\$ 1.500,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.36.00.00 111 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Física . R\$ 1.500,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.39.00.00 112 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00

Fonte 01 – Tesouro

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

20.601.0014.2.028 – Manutenção do Incent. a Prod. Agrícola e Controle Ambiental

3.3.90.36.00.00 257 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física .. R\$ 8.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.47.00.00 259 – Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 4.500,00

Fonte 01 – Tesouro

4.4.90.52.00.00 260 – Equipamento e Material Permanente R\$ 2.400,00

Fonte 01 – Tesouro

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FUNDEB

12.361.0015.2.029 – Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb

3.3.90.47.00.00 275 – Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 53.000,00

Fonte 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

4.4.90.52.00.00 276 – Equipamento e Material Permanente R\$ 18.000,00

Fonte 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

12.365.0015.2.030 – Manutenção do Ensino Infantil - FUNDEB

3.3.90.32.00.00 283 – Material de Distribuição Gratuita R\$ 2.000,00

Fonte 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

3.3.90.36.00.00 284 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física .. R\$ 5.000,00

Fonte 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE ESPORTE E LAZER

27.812.0016.2.032 – Manutenção do Setor de Esporte e Lazer

3.1.90.16.00.00 108 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R\$ 1.000,00

Fonte 01 – Tesouro

27.812.0016.1.034 – Ampliação do Estadio Municipal João Roma

4.4.90.51.00.00 2540 – Obras e Instalações R\$ 27.000,00

Fonte 01 – Tesouro

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E GESTÃO

04.121.0017.2.033 – Manutenção Da Coordenação e Gestão

3.1.90.94.00.00 2318 – Indenizações Trabalhistas R\$ 2.000,00

Fonte 01 – Tesouro

3.3.90.36.00.00 2320 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física . R\$ 32.000,00

Fonte 01 – Tesouro

15.452.0012.2.025 – Operação e Manutenção de Obras e Planejamento

3.1.90.94.00.00 222 – Indenizações Trabalhistas R\$ 4.000,00

Fonte 01 – Tesouro

TOTAL A ANULAR R\$ 257.800,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 29 de novembro de 2.011.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento de Expediente, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista, mediante afixação no local de costume, e encadernada sob fls. 136 e 144, no Volume de Leis nº 30. Laranjal Paulista, 29 de novembro de 2011.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(09)

(144)